O DESCOBRIDOR DO BRAZIL

PEDRO ALVARES CABRAL

O DESCOBRIDOR DO BRAZIL

PEDRO ALVARES CABRAL

MEMORIA APRESENTADA

Á ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA

PELO

Visconde de Sanches de Baêna

SOCIO CORRESPONDENTE DA MESMA ACADEMIA

...O nome illustre a hum certo amor obriga
E faz aquem o tem amado e charo.
CAMÕES, cant II, est. LVIII



LISBOA
Typographia da Academia Real das Sciencias
1897

AO

VISCONDE DE CASTILHO

Como demonstração singela da muita estima que nos liga

O. D. C.

Bemfica 22 de novembro de 1896.

Sanches de Baena.

INDICE DOS CAPITULOS

PAG.

CAPITULO I.—Remota e nobilissima antiguidade da familia Cabral.—Sua opulencia.—Poderio das familias com quem se alliou.—Sua illustre descendencia..... 13

CAPITULO II.—Commenta-se a proeminencia da familia Cabral.—Realçam-se as descobertas de Gonçalo Velho Cabral.—Commemoram-se as allianças illustres.—Recapitulam-se feitos notaveis.—Historiam-se os heroismos de D. Garcia de Noronha 22

CAPITULO III.—Ascendencia e algumas particularidades da vida de D. Vasco da Gama, segundo a descripção genealogica elaborada pelo notavel linhagista Jacintho de Pina Loureiro, corroborada pelos estudos de Fr. Lucas de S. Joaquim Pinheiro e annotada com alguns documentos de registo official..... 30

CAPITULO IV.—Primeira viagem de Pedro Alvares Cabral á India.—Descobrimento do Brazil.—Despeito de Vasco da Gama.—Naufragio e morte de Bartholomeu Dias, descobridor do Cabo da Boa Esperança.—Encontro com a frota de Americo Vespucio.—Chegada a Lisboa 42

CAPITULO V.—Escolha de Pedro Alvares Cabral para ir a segunda vez á India.—Razão por que não foi.—Imposição de Vasco da Gama.—Coacção do rei.—Desafronta de Pedro Alvares e sua retirada da côrte..... 46

CAPITULO VI.—Intrigas da côrte.—Lucta dos partidos originadas pelas desintelligencias entre Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama.—Ostracismo a que D. Manuel votou Vasco da Gama: sua rehabilitação em tempo de D. João III.—Olvido d'este rei pela sua memoria 51

CAPITULO VII.—Quando e onde nasceu Pedro Alvares Cabral.—Resumo da sua vida.—Quando morreu e onde jaz.—Com quem casou.—Sua descendencia e por quem na actualidade é representado..... 56

CAPITULO VIII.—O descobrimento da India.—Quantos sacrificios ella custou a Portugal.—A sua decadencia e o que d'ella hoje nos resta.—O descobrimento do Brazil.—A sua nativa opulencia.—Os immediatos interesses que deu a Portugal.—A sua crescente importancia e em conclusão, a bondade dos seus habitantes 69

ABREVIATURAS

Cap	Capitulo ou capitulos.
C. G.	Com geração.
D.	Dom.
Doc	Documento ou documentos.
S. G.	Sem geração.
Vid	Veja-se.

ADVERTENCIA

Os individuos que n'esta obra vão designados sob numeros iguaes, dentro dos cap. que lhes são correspondentes, indicam haver entre si o parentesco de irmãos.

DUAS PALAVRAS A PROPOSITO D'ESTA MEMORIA

Com esta memoria que hoje apparece a publico, prestou o snr. Visconde de Sanches de Baêna mais um bom serviço á nossa Litteratura.

Habituado desde muito aos estudos aridos, mas utilissimos, da Genealogia e da Heraldica, demonstrou agora, mais uma vez, quanto essas pesquizas, hoje tão descuradas, servem efficazmente, como leaes servidoras, á sciencia da alta Historia. Nenhum alicerce mais estavel e duradoiro, do que ellas.

A Genealogia é a Historia a retalho; a Historia outra coisa não é, senão o resultado dos feitos das familias.

D'esta vez coube ao snr. Visconde de Sanches de Baêna o estudo de um dos homens mais illustres e mais praticamente uteis da nossa terra.

O que vae ler-se, é fructo de aturadas pesquizas durando alguns annos, allumiadas de criterio consciencioso. Documentos impressos, codices ineditos, chronicas, asserções fugitivas, conjecturas, tudo conspira, n'esta notavel memoria, para levar ao animo do leitor a convicção definitiva da grandeza epica de Pedro Alvares Cabral, como homem, como

servidor do seu Rei, como honrador da sua classe, como guerreiro, como politico.

Se uma grande luz irradiando do nome de Vasco da Gama, que tanto a ponto e com tamanha felicidade soube colher o fructo do valoroso atrevimento de Bartholomeu Dias, conseguira, até certo grau, offuscar as gloriosas entreprezas de Pedro Alvares Cabral, manda a imparcialidade historica, hoje tão invocada e procurada, se dê ao navegador eminente que desvendou ao planeta o seu mais formoso hemispherio, o logar primacial que a esse homem compete, o seu logar de conquista, na brilhante serie dos mais altos beneficiadores da Humanidade. Seja-lhe pois restituido o seu avultado quinhão moral, em nome da justiça, em nome da gratidão portugueza.

A muitos respeitos, os trabalhos improbos do snr. Visconde de Sanches de Baêna assumem proporções de austera reivindicação; e, d'entre todas as tarefas do historiador, as mais augustas, as mais sympathicas, são, sem duvida, as reivindicações.

A opinião publica é uma soberania, sim; mas transvia-se, engana-se algumas vezes. Cabe á historia o papel nobilissimo de a elucidar, de a encaminhar. A verdade é só uma e luminosa como Deus.

*
* *

Em duas partes principaes dividiu o autor a sua memoria: texto, e documentos.

É que hoje em día ninguem escreve senão á luz das provas documentaes irrecusaveis.

São os documentos a fonte unica d'onde se extrae ensinamento seguro; a pedreira informe e opulenta, d'onde se arrancam os troços de marmore de Paros para as estatuas dos heroes. Que força de animo, que pertinaz constancia, não pressuppõe um livro publicado hoje segundo as regras da philosophia historica!

Pois apesar dos seus cançados annos, apesar de ter caramente comprado o direito ao descanço, por ter já aplanado e illustrado o caminho

aos estudiosos com tantas outras valiosas pesquizas, este infatigavel genealogista historiador, exemplo e incitamento dos novos, não sabe parar na sua nobre faina; e elle lá vae, sempre alerta, sempre entregue ao estudo, offerecendo ao seu paiz succulentos fructos do seu honrado trabalho. Espectaculo admiravel, e que ninguem deixará de louvar.

No que digo, não me cega a amisade intima e respeitosa, que desde tantos annos me ufano de dedicar ao nobre ancião. Não me desvairam os laços, tão apreciaveis para mim, de uma tal qual affinidade de parentesco. Sou extranho a essas influencias. Uma vez, porém, que, por lisongeiras instancias do snr. Visconde de Sanches de Baêna, me coube o encargo de arauto n'estas justas em que elle é glorioso mantenedor, busco chamar a attenção dos leitores para o conjuncto da obra, e para alguns dos seus pormenores.

Se a tarefa requeria voz mais sonora do que a minha, ninguem poderia desempenhar com mais imparcialidade, porque me préso de justiceiro, nem com maior enthusiasmo, porque me glorío de Portuguez.

*
* *

O *texto* d'esta memoria é, conforme já indiquei, a summula da segunda parte. Todas as asserções se acham devidamente documentadas; todas as conjecturas justificadas á luz da verosemelhança. Hoje, pois, que na opinião publica se estabeleceu uma corrente fortissima para estudos de investigações, é mil vezes bemvinda esta memoria, como um amigo de segurissimo conselho.

Começa o autor por gizar uma parte da genealogia da antiga Casa dos Cabraes d'estes Reinos: gente velha, raça laboriosa e honrada, que ao longo dos annos se illustrou, e illustrou a nossa terra. Passa ante os olhos do leitor aquella serie de gerações, que, desabrochando em Alvaro Gil Cabral, termina em seus terceiros netos, constellação onde rutila, como estrella de primeira grandeza, o descobridor do Brazil. Essa resenha de cinco gerações completa-se e commenta-se no capitulo II.

No capitulo III passa o illustre linhagista a examinar a estirpe de Vasco da Gama desde o legendario Alvaro Annes.

A proposito, rectifica o snr. Visconde de Baêna, com fina intuição historica, o engano onde teem cahido varios escriptores, confundindo o descobridor da India com seu avô, do mesmo nome.[1] É já esse um bom serviço prestado pelo snr. Visconde ao estudo de tão emmaranhado periodo historico. Rectificações d'esta ordem teem incalculavel valia.[2]

A vida de Estevam da Gama, pae do grande navegador, acha-se rapidamente bosquejada com toda a exacção, assim como alguns topicos importantes da do infeliz Paulo da Gama. Dados preciosos que dardejam clarões electricos sobre a personalidade de Vasco.

Invalida-se a lenda, que tão verosimil parecia, da meninice e adolescencia do nauta passadas sobre as ondas, e servindo de preparo e aprendizado aos seus commettimentos futuros. O leitor fica sabendo a verdade; e o mancebo, que todos julgavam creado com os galeões e os montantes, transforma-se, á face dos documentos, n'um sizudo humanista, aprendiz de clerigo (como seu irmão Paulo), e por assim dizer, homisiado na sua obscuridade de filho-segundo.

D'aqui em deante, nos capitulos IV a VIII, desenrola-se aos olhos attentos do leitor um romance interessantissimo, e de todo o ponto verdadeiro nas suas peripecias. A primeira viagem de Pedro Alvares Cabral; o descobrimento do Brazil; o naufragio do eminente precursor chamado Bartholomeu Dias; a coacção moral d'El-Rei D. Manuel perante os audaciosos enredos com que Vasco da Gama, assombrado pelo seu glorioso rival, impediu a este a viagem á India; o ostracismo a que o Soberano, nem sempre justiceiramente julgado pela posteridade, se viu constrangido a condemnar o Gama; os dados biographicos de Cabral; e emfim, o parallelo brilhante, em que o snr. Visconde de Baêna traça a

[1] Pede a lealdade que eu proprio declare aqui o seguinte: no meu livro *A Ribeira de Lisboa* me enganei tambem, por não examinar as datas com attenção, e tomei por um só individuo os dois: o marido de Theresa da Silva, e o marido de Catherina de Ataide.

[2] Tambem o snr. Dr. Teixeira de Aragão, no seu estudo sobre Vasco da Gama, de que só ha pouco tive conhecimento, discrimina perfeitamente a personalidade do avô e a do nete.

influencia historica e social do caminho aberto para a India, e a do feliz encontro do Brazil; tudo isso se lê com o maior gosto e o mais vivo interesse, porque tudo isso ressumbra verdade, sinceridade e justiça.

*
* *

Na Parte II da sua memoria, o snr. Visconde, com a serenidade do homem affeito a altos estudos, accumula as provas authenticas documentaes das suas asserções.

Não o intimidou o revolver depoimentos antigos; não o acobardou o trabalho herculeo de evocar as gerações sotterradas. Firme, incançavel, eil-o ahi nos vem entregar os testemunhos claros e irrecusaveis das suas affirmativas; eil-o ahi nos vem comprovar, mais uma vez, que principalmente nas Chancellarias é que reside a Historia.

Seria longo, e superfluo, extractar essa montanha de textos authenticos, e analysal-os. Analysados foram pelo douto investigador, que extrahiu d'elles todo o succo.

Limitar-me-hei a apontar para a perspicaz observação exarada no fim ácerca de Bartholomeu Dias. Foi este o caso:

Os conscienciosos compilladores do admiravel livro *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas dos Portuguezes* (Lisboa, 1892), attribuiram na pag. 115 ao dedicado e infeliz precursor do Gama um documento, cujo fac-simile apresentam. Enganou-os a identidade do nome e patronimico, segundo bem observa o snr. Visconde de Sanches de Baêna; a demonstração é mathematica. Na data em que esse outro Bartholomeu Dias, patrão de uma nau d'El-Rei, assignava um recibo de biscoito, em 22 de novembro de 1487, achava-se o grande navegador em paragens mui distantes, servindo a sua terra e o seu Rei.

Pergunto: pode acaso esse simples lapso, em obra de tanta monta, tão complexa, tão vasta, tão fatigante, empanar a gloria dos tres compilladores, que tanto contribuiram, com a publicação academica da sua memoria, para allumiar o periodo, ainda tenebroso, das nossas navegações?

certamente não; mas a verdade é clara; e elles, que mais que ninguem a buscavam, hão de ser os primeiros que lealmente applaudam a emenda que lhes faz o snr. Visconde.

*
* *

Um prologo do genero d'este poderia ser levado longe; mas não ha vantagem em protrahil-o, demorando ao leitor os antegostos da leitura da obra em si mesma.

Longe, longe de mim, que pouco valho, a immodesta e descabida presumpção de apresentar ao publico o venerando autor. Habituado de longos annos a estudos serios, delicia-se n'elles e tem o praser de saber que a maioria dos seus conterraneos o aprecia, que muitos o estudam e seguem, que as sociedades sabias se ufanam em toda a parte incluindo-o nas suas phalanges, e que, em summa, a Academia Real das Sciencias de Lisboa, consagra as lucubrações d'elle publicando-as.

O que pretendi apenas, depois de muito instado pelo respeitavel autor, foi chamar a attenção dos leitores para o conjuncto da obra, cheia de novidades historicas, e depois para um ou dois pontos d'ella que mais despertassem a curiosidade.

Honra e gloria, pois, a quem, como o snr. Visconde de Sanches de Baêna, não só não malbarata o seu tempo, senão que de bom grado o emprega em estudos uteis, dando aos moços o exemplo do trabalho, e realçando, pela sua conscienciosa tarefa litteraria, o sangue illustre de onde procede.

Ameixoeira, 30 de janeiro de 1897.

JULIO DE CASTILHO.

A RAZÃO D'ESTA MEMORIA

É dever, mais que imperioso, celebrar as datas que determinaram o nosso engrandecimento.

O audacioso descobrimento da India, e depois o do Brazil, elevaram a tal ponto o nosso prestigio, que nos assignalaram heroica e singularmente na historia do mundo.

Bem haja a benemerita Sociedade de Geographia Portugueza, por ter iniciado e conseguido realisar a commemoração da abençoada aurora que irradiou prometedora, sobre aquelle primeiro facto, desde tão longo tempo ambicionado.

Aos homens que se aventuraram em frageis caravelas a transpor o cabo tormentoso e alcançaram o almejado intento, deve-se preito e homenagem.

Bartholomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral, são tres nomes immorredoiros! O primeiro finou-se em meio da segunda viagem que fez áquellas paragens, e com elle emmudeceu o canto da sua merecida epopea...[1] O segundo, e de todos o mais afortunado, tem o seu

[1] Vid. Nota n.º 3.

nome a fulgurar nos annaes dos navegadores do seculo XV e a sua maior consagração historica perduravelmente gravada nos fastos épicos do principe dos vates! Quanto ao terceiro—o preclaro Pedro Alvares Cabral... apenas se destaca d'aquella trindade, pelo desfavor da iniqua sorte...

Pois é d'este terceiro e egregio vulto que detidamente nos vamos occupar no presente estudo, reivindicando para elle o brilhante logar que lhe pertence de direito e de facto na galeria dos illustres marinheiros portuguezes do seculo XVI, sem tentarmos abalar e menos obscurecer as glorias do arroteador dos caminhos maritimos do Oriente; muito embora que, por affinidade de situações, e por concorrencia bem presuppostа de alguns factos da vida publica de ambos, sejamos obrigados a delinear a sua individualidade d'envolta com a do nosso protagonista: PEDRO ALVARES CABRAL.

*
* *

Ainda como facto associado ao nosso actual proposito, cumpre-nos declarar, que já em 1883 démos á estampa, e muito ao correr da penna, uma succinta noticia sobre a familia e succesão de Pedro Alvares Cabral, trabalho que renovamos agora em mais desenvolvidos moldes, como era mister, para completar o estudo, biographico-genealogico, de um homem de bem, e render um voto de adhesão á proxima solemnidade, tão caracteristicamente nacional, como a que egualmente se impõe ao paiz inteiro e aos nossos irmãos do outro hemispherio, quanto a celebração em 1900 do quarto centenario da descoberta do colossal BRAZIL.

TRAÇOS PRELIMINARES

A familia Cabral, segundo as opiniões mais authorisadas, estabeleceu-se em Hespanha em tempos remotos, e de lá veio para Portugal nos primitivos tempos da nossa monarchia.

Em Hespanha informa-nos Argote de Molina (antigo linhagista dos mais conceituados) no proemio ao seu Nobiliário, foi tal o descuido e pouco caso dos escriptores genealogicos d'aquelle paiz, com referencia á epocha a que nos estamos remontando, que nem ao menos deixaram notados os appellidos de varias familias illustres, que a tradição inculca haverem existido.

Em Portugal dá-se a mesma deficiencia; para *o* comprovar, bastará apenas relembrar que o codice mais antigo de linhagens, que chegou até aos nossos dias, é o chamado do conde D. Pedro, onde outr'ora se accrescentaram, diminuiram e emendaram varios ramos d'algumas familias, quando semelhante codice, na sua fundamental essencia e problematica origem, estava longiquamente distante de merecer os fóros de fidedigno.

Cumpre-nos todavia observar que as omissões, que ficam enunciadas, eram em geral compartilhadas por todos os escríptores da edade média.

Como nota curiosa de excepcional zelo genealogico, vem a proposito citar a referencia que Nicephoro Calisto faz,[1] com respeito aos Hebreus, dizendo que estes tinham por dever sagrado archivar, desde a mais remota antiguidade, as genealogias de seus predecessores.

*
* *

Estancadas assim as fontes mais valiosas que nos poderiam orientar n'este dedalo de incertesas, e abastecer de informações importantissimas, recorremos ao parecer dos decanos da historia, que tentaram aprofundar a origem e esquadrinhar os recessos genealogicos da familia Cabral.

O doutor fr. Antonio Brandão, chronista mór do reino, na sua *Monarchia Lusitana*, escreveu o seguinte:[2] «*Os da familia dos Cabraes teem para si que ficaram em Espanha do tenpo dos Gregos e que suas armas (que são duas cabras passantes armadas de purpura e negro e por timbre hũa das cabras do escudo) as tomou Caraxo Rey da Grecia, segundo escreve Solino e Justino, quando o Oraculo de Apolo lhe mandou posesse a cabeça dos sens estados no lugar aonde o guiassem hũas cabras.*»

No grande Diccionario de Moreri, na Chorographia do padre Carvalho, e em outros subsequentes escriptos, de menor tomo, vem a repetição d'aquella lenda, mais ou menos circumstanciada.

Seja como fôr, o que nos parece demonstrado, é que a familia Cabral demarca a sua existencia desde tempos immemoraveis, e, como muitas outras, teve prosperas e adversas alternativas de fortuna, ora subindo até aos mais elevados cargos da republica, ora descendo até se perder n'uma obscuridade plebea.

Apparece e desapparece durante o reinado de D. Affonso III, bruxuleia nos de D. Diniz e de D. Affonso IV, volta á scena dos aconteci-

[1] *Hist. Eccl.* L. 1.°, cap. 11.
[2] Cap. 36, L. 15.°, pag. 234.

mentos em D. Pedro I e D. Fernando; e a final no de D. João I,— firma-se diffinitivamente nos fastos mais illustres da nobresa de Portugal.

*
* *

Houve um Pedro Annes Cabral, que no reinado de D. Affonso III, figurou vantajosamente. Era commendador e alcaide mór do castello de Vide, senhor de varias terras, tendo além d'isso um logar de official mór entre os grandes do reino, o que denota que provinha de antiga e nobre linhagem, e foi o que assignou uma escriptura celebrada a 14 de setembro da era de 1316, anno de 1278,[1] entre o infante D. Affonso, filho do dito rei e senhor de Portalegre e a ordem e convento de Aviz, sendo então Mestre d'ella fr. Simão Soares, sobre certos bens que tinha em S. Vicente d'Elvas.

Sabe-se tambem que Ayres Pires Cabral deu homenagens, aos reis D. Diniz e D. Affonso IV, dos castellos de Marvão, Portalegre, Arronches e Castello de Vide, sem nos deixar de si outra memoria que possa inspirar confiança, embora tenham varios nobiliaristas, querido fazer da verdadeira historia um perfeito romance.

Agora com respeito áquelles que se extremaram nos reinados de D. Pedro I e D. Fernando, e se perpetuaram no de D. João I, temos deante dos olhos a sua completissima historia baseada em preciosos documentos, que nos deixou, nos seus escriptos o padre fr. Antonio Rousado,[2] religioso dos Eremitas de Santo Agostinho, que no seculo passado teve á sua disposição o cartorio da familia Cabral, d'onde extractou o material com que architectou o pharol que nos allumia.

Rousado pertencia, de mais a mais, ao convento de Santarem, com

[1] Livro 1.° de D. Affonso III, fl. 160.

[2] D. Antonio de Sousa, tratando de fr. Antonio Rousado, tece-lhe os mais encarecídos elogios, accrescentando ser um dos poucos escriptores genealogicos que se fundavam sempre em doc. *Hist. G.* da C. R. Tom. VIII. Avertencia n.° 62, ap. 23.

o qual a viuva de Pedro Alvares Cabral[1] contractou a capella em que descançam os ossos de seu filho Antonio, os de seu marido, e os d'ella.

Em tudo mais envidaremos os maiores esforços por acertar.

«Alem disso o que a tudo em fim me obriga,
«He não poder mentir no que disser,
«Porque de feitos taes, por mais que diga,
«Mais me ha de ficar inda por dizer.»
CAM., c. III, est. V

[1] Vid. cap. VII.

O DESCOBRIDOR DO BRAZIL

PEDRO ALVARES CABRAL

CAPITULO I

Remota e nobilissima antiguidade da familia Cabral.—Sua opulencia.—Poderio das familias com que se alliou.—Sua illustre descendencia.

I Alvaro Gil Cabral, sobrinho do celebre bispo da Guarda, D. Gil Cabral;[1] é o primeiro que encontramos com successão provada.

Foi muito honrado pelo rei D. Fernando I, e era alcaide mór do Castello da cidade da Guarda, quando o rei de Castella, D. João, entrou em Portugal, cerrando-lhe Alvaro Gil as portas do castello com as atalayas de vigia e os besteiros a póstos. Nem as promessas feitas por intermedio de Martim Affonso de Mello, nem tão pouco as ameaças, o moveram a franquear a fortaleza ao rei intruzo.[2]

Por estes e outros serviços lhe fez mercê o Mestre de Aviz, sendo ainda regente e defensor do reino, das alcaidarias dos castellos da Guarda e Belmonte, de juro e herdade para sempre, ficando desobrigados os seus descendentes de prestarem homenagem, como tambem lhe fez mercê das terras de Azurara e Valhelhas, de juro e herdade, por carta passada em Lisboa a 27 de março da era de 1422, anno de 1384, e por outra de 10 de maio do mesmo anno, estando sobre Alemquer, das terras de Manteigas e Tavares, com jurisdicção e direitos para si, seus herdeiros e successores; mas tendo Alvaro Gil de ir a Torres, em cujo arraial estava el-rei, os castelhanos lhe tomaram a sua azemola com tudo que levava, inclusivè

[1] Vid. documento n.° 1.

[2] Tratam d'este patriotico feito varios auctores, mas o que mais desenvolvidamente o narra, é fr. Manuel dos Santos, na *Monarchia Lusitana*, a pag. 446 e seguintes do tom. 8.°

os titulos das referidas doações; pelo que el-rei lh'os mandou passar de novo, por carta feita em Coimbra a 15 d'abril da era de 1423, anno de 1385, accrescentando n'ella a faculdade de as poder vender, doar, dar e escambar; e por outra carta tambem passada em Coimbra a 12 d'abril da era de 1433, anno de 1395, lhe fez mais a mercê de confirmar a quinta de Santo André, no termo de Azurara, que havia sido de sua sogra D. Constança Rodrigues Pereira, prima do condestavel D. Nuno Alvares Pereira como adiante se dirá.

Alvaro Gil Cabral, falleceu bastante idoso em Coimbra, a 8 de julho de 1433 e foi sepultado em jazigo proprio na egreja da Sé Velha, d'aquella cidade, como se verificou em 1895 pelo encontro d'uma campa ao nivel do primeiro pavimento da dita egreja, tendo a meio uma cabra, regularmente desenhada e em volta uma legenda da qual apenas se poude decifrar o seguinte: «aqui jaz alvaro gil cabral alcaide mor que foy... oito dias andados de jolho...»

Foi casado com D. Maria Eanes Loureiro, herdeira da quinta de Santo André, e irmã de João Eanes de Loureiro, herdeiro por uma de suas avós do morgado e padroado da egreja de Santa Maria de Silgueiros; e ambos filhos de Diogo Affonso de Figueiredo, vedor da casa do Infante D. João e vassallo de seu irmão el-rei D. Fernando, que lhe fez mercê da importante quinta de Santo André, no termo de Azurara, como consta do livro 1.º do dito rei a fl. 50; e de sua mulher D. Constança Rodrigues Pereira, filha de D. Rui Vasques Pereira, que era tio do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Constança Rodrigues Pereira, tinha casado a primeira vez com Gonçalo Garcia de Figueiredo, alcaide mór do Castello da Villa da Feira, de quem foi segunda mulher e d'elle não teve filhos. D. Constança por morte de seu segundo marido, o dito Diogo Affonso de Figueiredo, teve a doação, por transferencia, da quinta de Santo André e mais o prestimo das Quebradas e Celorico de Maceira junto á Villa da Feira.

O referido João Eanes de Loureiro, herdeiro como se disse, do morgado que tinha por cabeça a quinta dos Loureiros, e o padroado da egreja de Santa Maria de Silgueiros, no termo da cidade de Vizeu, o qual morgado e egreja fundaram, Daganel (este nome parece ser estrangeiro) e sua mulher D. Sancha Gonçalves, erigindo e dotando ambos a dita egreja com a renda de mil cruzados, sob a condição de serem para sempre abbades d'ella os da sua familia; e por sagrar a mesma egreja deram ao bispo de Vizeu um cazal no sitio de Silgueiros, como tudo consta de uma escriptura lavrada em setembro da era de 1222, anno de 1184, que se mandou archivar na Sé e cartorio do cabido da cidade de Vizeu.

Alvaro Gil Cabral houve da dita mulher os dois filhos seguintes:

2 **Luiz Alvares Cabral**, com quem se continua.

2 **D. Brites Alvares Cabral**, mulher de Fernão Velho, alcaide mór do castello de Vallada e senhor de varias terras contiguas ao mesmo castello. Tiveram d'este matrimonio cinco filhos, dois varões e tres femeas, sendo d'aquelles o secundo-genito Gonçalo Velho Cabral, que foi commendador d'Almonrol, na ordem de Christo, senhor dos logares de Pias de Bezelga e do de Cardigos,[1] e a quem em 1431 mandou o infante D. Henrique descobrir os Açores, o que só veiu a realizar no anno seguinte com o encontro da Ilha de Santa Maria e de S. Miguel, cujo governo, bem como o das outras cinco lhe foi commettido pelo mesmo infante.

Gonçalo velho não teve filhos, pelo que legou as duas capitanias a seu sobrinho João Soares d'Albergaria, filho de sua irmã D. Thereza Velho Cabral, casada com o dito João Soares d'Albergaria, João Soares d'Albergaria, filho, vendeu as capitanias por 750$000 réis a Rui Gonçalves da Camara, venda que foi confirmada, em 10 de março de 1474, pela infanta D. Brites, viuva do infante D. Fernando e na qualidade de tutora de seu filho D. Diogo.

II **Luiz Alvares Cabral**, filho de Alvaro Gil Cabral, e n'essa conformidade herdeiro da casa vinculada de seu pae, dos senhorios, alcaidarias, da quinta de Santo André e do morgado instituido por sua tia D. Maria Gil Cabral;[2] escudeiro fidalgo de D. João I, vedor da casa de seu filho o infante D. Henrique, com quem foi á tomada de Ceuta.

Obteve em 8 de outubro do anno de 1433, por carta regia, passada na cidade do Porto, a confirmação das doações anteriormente feitas, mas a pedido do rei vendeu-lhe as terras de Valhelhas e Tavares, ficando com as das Villas de Azurara e Manteigas e a quinta de Santo André na fórma das antigas doações, por carta de 8 de julho do anno de 1437.

[1] Pinheiro Chagas, no seu *Dicc. Pop.*, dá a Gonçalo Velho, tres morgados:—Pias, Bezelga, (antiga Belzaga) e Cardigos; quando apenas eram dois pequenos senhorios ambos no concelho de Thomar.

[2] O tratamento de tia provinha da antiga praxe consuctudinaria, porque ella era tão sómente segunda prima de Luiz Alvares Cabral, por ser filha de seu segundo tio, o bispo D. Gil Cabral. D. Maria Gil, havia sido casada com seu primo Gil Alvares Cabral, de quem não teve filhos, embora faceis linhagistas lh'os tenham dado.

Vid. doc. n.° I.

Falleceu em Tanger combatendo ao lado do infante D. Henrique.

Havia casado duas vezes, a primeira com sua prima D. Constança Annes de Loureiro e a segunda com D. Leonor Domingues, sem que d'esta houvesse tido successão, mas teve-a da primeira mulher; a saber:

3 **Fernão Alvares Cabral**, com quem se continua.

3 **D. Izabel Cabral**, que falleceu donzella.

3 **D. Brites Cabral**, mulher de Diogo Gonçalo Peixoto, governador do castello de Miranda do Douro e senhor de Penafiel de Sousa, por carta passada em Santarem a 29 de outubro do anno de 1440; com successão.

III **Fernão Alvares Cabral**, filho de Luiz Alvares Cabral, com quem foi a Tanger, e lá combateram valorosamente ao lado do infante D. Henrique,[1] tinha o fôro de vassallo, e serviu de guarda mór do mesmo infante.

O rei D. Duarte confirmou-lhe as anteriores doações e alcaidarias, por carta passada em Almeirim, no anno de 1438 e lhe fez mais a doação do logar de Moimenta — a par de Gouvea.

Morreu no anno de 1448, tendo sido casado com D. Thereza de Novaes de Andrade, (então viuva de Estevão Soares de Mello) filha de Rui Frei de Andrade, almirante de Portugal e alcaide mór de Vizeu, e de sua mulher D. Aldonsa de Novaes.

Tiveram:

4 **Fernão Cabral**, com o qual se continua.

4 **D. Aldonsa Cabral**,[2] mulher de Vasco Martins Moniz, senhor de Angeja, commendador de Panoias e Garvão, na ordem de S. Thiago. C. 9.

[1] Alguns escriptores confundiram o filho com o pae. Luiz Alvares Cabral e seu filho Fernão Alvares Cabral, acompanharam o infante D. Henrique a Ceuta e depois a Tanger, e lá entraram nas mais accezas refregas, sendo, em uma das ultimas, morto o pae e não o filho. Fazemos este reparo porque a pag. 131 da vida do infante D. Henrique, escripta por Candido Lusitano, se dá a morte de Fernão Alvares Cabral, filho, o que é erro.

[2] Inclinam-se varios linhagistas a que D. Aldonsa era filha do primeiro matrimonio de sua mãe, o que não tem fundamento algum.

4 **Diogo Cabral**, foi um dos que a pedido de João Gonçalves Zarco, e recommendação d'el-rei, foi casar na Ilha da Madeira com D. Brites Gonçalves da Camara, segunda filha da dita Zarco, de quem houve um filho e 6 filhas.

Diogo Cabral, fez o seu domicilio na Calheta em Val d'Amores, onde edificou a capella de Nossa Senhora da Estrella, e falleceu a 15 de dezembro de 1486.

IV **Fernão Cabral**, cognonimado o *gigante da Beira*.[1] Succedeu na casa de seu pae, Fernão Alvares Cabral, no morgado de D. Maria Gil Cabral, nas alcaidarias e senhorios de Azurara, Manteigas, Moimenta, e quinta de Santo André; o que tudo lhe confirmou o rei D. Affonso V, por carta passada em Santarem a 20 de março de 1449; era fidalgo da casa do dito rei,[2] e confirmado no cargo de regedor das justiças, como o havia servido seu pae, por carta passada em Castello Branco a 2 de novembro de 1464.[3] Teve tambem o uso fructo de todos os direitos, rendas e fóros da Villa de Belmonte, e o officio de condel mór em todas as suas terras, por carta de 21 de janeiro de 1476; foi do conselho do rei D. João II e d'este monarcha houve a tença de 60$000 réis.[4]

Morreu no anno de 1493 em Belmonte com testamento datado de 15 de outubro de 1492, no qual ordenava que fosse sepultado na capella que tinha mandado fazer na egreja de Nossa Senhora da villa de Belmonte, onde estava sua muther, e ordenou que na mesma capella se dissessem missas quotidianas com Merceeiras, assim a missa de Maria Gil Cabral, (vid. documento n.° I) e que os capellães rezassem n'ella o officio Divino: para isso a mandou ornar e fazer todo o gasto de azeite e cera. Despesas estas a que vinculava na sua terça e na de sua mulher os bens que tinham na Covilhã e seu termo, a quinta da Engeira, os bens de Valhelhas e seu termo, os de Belmonte e seu termo, os de Pedrogão e de Meimão no termo de Penamacor.

Fernão Cabral havia casado com D. Izabel de Gouvêa, herdeira da

[1] Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, affirmou que na Villa de Belmonte é tradição constante que Fernão Cabral, pelo seu agigantado corpo e forças herculeas, era cognonimado, no seu tempo, o *gigante da Beira*, e que no castello da mesma villa ainda ha pouco tempo, se conservava uma massa de ferro com o peso de uma arroba, por elle manejada nos combates, etc.

[2] *Hist. Gen, da Casa Real*, tom. II das *Provas*, a pag. 25.

[3] Vid. documento n.° II.

[4] *Hist. Gen. da Casa Real*, tom. III, a pag. 48.

casa de seu pae por morte de seu irmão, Vasco Fernandes de Gouvêa, ambos filhos de João de Gouvêa, senhor de Almendra, Valhelhas,[1] Castello Bom e alcaide mór de Castello Rodrigo, e de sua mulher D. Leonor Gonçalves de Athaide.

D. Izabel de Gouvêa, falleceu em Belmonte com testamento cerrado a 26 de agosto de 1483 no qual determinava o seguinte: que a sepultassem na egreja de S. Thiago; mas logo que seu marido acabasse a capella, trasladassem para ella os seus ossos, os de seu pae, os de sua mãe e os de seu irmão; que se pagassem as dividas de seu irmão, para o qual fim elle lhe havia deixado a fazenda de Riva-Côa, e em especial recommendava que se pagasse a Leonor de Queiroz, a Mecia de Queiroz e a Izabel Saraiva.

Nasceram do matrimonio referido de Fernão Cabral onze filhos: cinco varões e seis femeas; os quaes por morte de seu pae fizeram amigavelmente partilhas, por serem todos maiores, e separaram nas terças as fazendas de Belmonte e seu termo, as de Covilhã e seu termo, as de Castello Novo, Meimão e Pedrogão no termo de Penamacor. E porque as terças eram maiores, lhe ajuntaram os bens de Moimenta, além da Serra da Estrella, as casas grandes de Vizeu, com seis quintaes, umas casas em Mangualde e o casal do Carvalho de Alcafache. Feito isto se partiu a mais fazenda em nove quinhões sómente, porque D. Brites e D. Violante, já estavam casadas e se deram por quites com os seus dotes. Separados, como fica dito, os nove quinhões, foram lançadas sortes entre os nove irmãos, contentando-se cada um com o lote que lhe tocou em sorte, do que celebraram escriptura publica em Belmonte no dia 6 de maio do anno de 1494.

Os nomes dos irmãos pela ordem que estão inscriptos nas ditas partilhas são os seguintes:

5 **João Fernandes Cabral**, primogenito e como tal succedeu nos vinculos, e foi cabeça de casal no inventario e partilhas que fez com seus irmãos dentro do castello de Belmonte, de que já era alcaide mór, bem como senhor d'Azurara, Manteigas, Moimenta e quinta de Santo André, o que tudo lhe foi confirmado por el-rei D. Manuel, em 19 de

[1] Aqui lembra o proloquio: *O bom filho á casa torna.* O avô de Fernão Cabral, vendeu ao rei as terras de Valhelhas, este as doou a Fernão Alvares de Queiroz, de quem as herdou sua filha Leonor de Queiroz; esta casou com Vasco Fernandes de Gouvêa; d'estes nasceu João de Gouvêa, e pela dita sua filha, acima, D. Izabel de Gouvêa, voltaram as referidas terras de Valhelhas, aos Cabraes, d'onde tinham sahido.

julho do anno de 1496 e por outra carta passada em Lisboa a 19 de julho de 1500, deu-lhe o mesmo rei não só a jurisdicção da Villa d'Azurara, como nas outras terras dos seus senhorios.

Foi fidalgo do conselho de D. Manuel, com 3$000 réis de moradia em 1499, como consta do competente livro da matricula.

Comprou à sua irmã D. Izabel, as terras que lhe haviam tocado em partilhas, que ficavam ao pé da Serra da Marrafa no termo de Castello Rodrigo.

Falleceu, João Fernandes Cabral, no anno de 1508, tendo sido casado com D. Joanna de Castro, que depois de viuva foi, pelas suas grandes prendas e authoridade, (palavras de D. Manuel) escolhida para camareira mór da Rainha D. Leonor.

D. Joanna de Castro, era filha de D. Rodrigo de Castro, o de Monsanto, e de sua mulher D. Maria Coutinho, filha do marechal D. Fernando Coutinho, o velho,[1] e por tanto, vinha a dita D. Joanna, a ser neta paterna do conde de Monsanto, um dos maiores heroes de Arzilla e depois escolhido por D. Manuel para ser embaixador junto do Papa Alexandre VI.

É pois de tão illustres troncos que descendem os actuaes condes de Belmonte.

5 **Alvaro Gil Cabral**, sem geração reconhecida.

5 **Luiz Alvares Cabral**, fidalgo do conselho do rei D. Manuel em 1499, morador na villa de Santarem e casado com D. Leonor Jacome, que creou o principe D. Affonso, filho de D. João II, e d'ella teve successão. D. Leonor Jacome, era viuva de D. Affonso de Noronha irmão de D. Izabel de Castro, mulher, esta, de Pedro Alvares Cabral, de quem mais adeante se tratará. D. Leonor Jacome teve de seu primeiro matrimonio D. Fernando de Noronha, de que se trata em o doc. n.° XXIV.

5 **Vasco Fernandes Cabral**, casou com D. Brites Mattozo, filha do desembargador Gonçalo Mattozo, s. g., e ella casou segunda vez com o doutor Estevão Corrêa, chanceller da casa do civel.

5 **Pedro Alvaros Cabral**, o descobridor do Brazil, acima apontado, de quem nos occuparemos nos subsequentes capitulos e particularmente no VII.

[1] *Hist. da Casa Real*, tom. XI, a pag. 844 e seguintes.

5 **D. Izabel de Gouvêa**, foi a que vendeu a seu irmão, João Fernandes Cabral, as terras que lhe tocaram em partilha, no termo de Castello Rodrigo, como já acima ficou declarado.—Morreu em Santarem, s. g.

5 **D. Leonor Cabral**,
5 **D. Thereza Cabral**, } freiras em Villa do Conde.

5 **D. Aldonsa Cabral**, recolhida no mosteiro de Arouca.

5 **D. Brites Cabral**, mulher de D. Pedro de Noronha, alcaide mór de Almeida, o valoroso companheiro de Nuno Fernandes de Athaide, em Çafim, os quaes proseguindo na victoria varreram os mouros dos campos d'Africa até ás portas de Marrocos. Era D. Pedro de Noronha, filho do 3.º conde e 1.º marquez de Villa Real e portanto tio paterno do 3.º marquez do mesmo titulo, que foi capitão general de Ceuta, onde prestou relevantes serviços, e o que acompanhou a Infanta D. Izabel, filha do rei D. Manuel, quando foi receber-se com o Imperador Carlos V. É pois do referido 3.º marquez, que foi filha D. Juliana de Menezes e Lara,[1] mulher do 1.º duque de Aveiro D. João de Lencastre, que antes de ser duque teve o titulo de marquez de Torres Novas; e não nos parece ocioso accrescentar que este 1.º duque d'Aveiro era filho de D. Jorge de Lencastre, mestre das ordens de S. Thiago e Aviz e duque de Coimbra por carta do rei D. Manuel, passada em Coimbra a 16 de março de 1509.

Fizemos esta digressão genealogico-biographica para demonstrar o proximo parentesco que existia entre os marquezes de Villa Real e a familia Cabral, quando em 1507, por influencia do mencionado Mestre das ordens de S. Thiago e de Aviz, D. Jorge de Lencastre, foi posto fóra da Villa de Sines D. Vasco da Gama.

Do referido matrimonio de D. Brites Cabral, com D. Pedro de Noronha, houve successão.

5 **D. Violante Cabral**, mulher de D. Luiz da Cunha, senhor de Santar de Senhorim, da terra de Barreiro, e de outros herdamentos. D'este matrimonio nasceu D. Antonio da Cunha, que foi casado com D. Izabel d'Abreu, filho de Bartholomeu de Paiva, amo, camareiro mór e do conselho do rei D. João III.[2]

[1] *Hist. Gen. da Casa Real*, tom. II, a pag. 515.
[2] *Idem*, tom. III, a pag. 520.

BASTARDO.—Fernão Cabral teve, fóra do matrimonio:

5 **Diogo Fernandes Cabral**, que assistiu á morte de D. João II,[1] fidalgo capellão em 1499, deão da Sé da Guarda e da capella do Principe D. João, governador do bispado da Guarda em 1509 com o beneficio do priorado de Povos e outros, passando em 1516 a servir na capella de D. Manuel.

Este deão, teve um filho e uma filha, o filho chamou-se Jorge Dias Cabral e a filha D. Violante Lopes Cabral, mulher de Pedro Saraiva Cardoso, dos quaes nasceu D. Cecilia Cabral, mulher de Rodrigo Homem, senhor do morgado de Lagiosa, c. g.

Quanto a Jorge Dias Cabral, sabe-se que teve o foro de cavalleiro fidalgo em 13 de maio de 1517, que segundo Rousado, adquiriu novas armas por ter vencido em desafio um cavalleiro da Jarreteira na Inglaterra. Segundo outros querem,[2] as referidas armas lhe foram dadas pelo imperador Carlos V por se haver distinguido nas guerras de Napoles.

Seja como fôr, o que é certo, é que de taes armas não houve registo na Torre do Tombo e que da sua biographia apenas se conta que elle fôra arcediago de Campello e abbade commendatario de Ancede, no concelho de Bayão. Talvez que depois das façanhas que se lhe attribuem,[3] entrasse na vida acclesiastica para rogar a Deus pelos destroços da sua espada no campo de Marte. O que não padece duvida alguma é que teve tres filhas bastardas: D. Catherina Dias Cabral, D. Maria Dias Cabral e D. Joanna Dias Cabral e que todas tres foram bem casadas e c. g.

[1] *Chronica de Garcia de Rezende*, cap. CCXII.

[2] *Dicc. Popular*, a pag. 12 do tom. IV.

[3] Vid. Nota n.° 1.

CAPITULO II

Commenta-se a proeminencia da familia Cabral.—Realçam-se as descobertas de Gonçalo Velho Cabral.—Commemoram-se allianças illustres.—Recapitulam-se feitos notaveis.—Historiam-se os heroismos de D. Garcia de Noronha.

O quadro genealogico traçado no cap. anterior não comporta maiores reflexões que lhe dessem o necessario relevo. Nem a natureza d'esta materia permitte divagações, que lhe perturbem a claresa deductiva, e obstem a que o leitor abranja o conjuncto, relacionando facilmente todas as suas partes, e integrando-as com perfeito conhecimento do papel de cada uma.

Poucas familias como a dos Cabraes, offerecem tantas e tão completas ramificações; nenhuma outra a sobrepuja em solida antiguidade de nobreza, e em feitos de edificante e variada lição. O seu apparecimento, embora a principio não se possa coordenar n'uma serie genealogica, que nos leve, individuo por individuo, a estabelecer a sua continuidade desde os primeiros tempos da monarchia, remonta-se todavia bem longe, vendo nós brilhar de espaço a espaço nas luctas de Portugal nascente, alguns individuos de appellido Cabral.

Não é nosso proposito alargar o commento, em que entramos, além do restrictamente expendido mais atraz, orientado pelas provas documentaes que logramos descobrir; por isso não enumeraremos os Cabraes que figuram sob os nossos primeiros reis, e cuja memoria ficou registada nos poucos e deficientes manuscriptos do tempo.

Entretanto ha um nome, que seria uma injustiça não inscrever aqui, em respeito á valorosa personagem que o usou, e cujos laços de parentesco com a illustre familia do seu nome, não se podem determinar n'um grau rigoroso de consanguinidade, nem se podem tambem negar pela sua saliencia na epocha, em que esta familia começou a florescer, pela sua approximação do primeiro membro do nosso estudo genealogico.

Queremos referir-nos a Pedro Annes Cabral, um dos mais famosos cabos de guerra do seu tempo, e cujas ultimas noticias se nos depararam em meados do seculo XIII companheiro de D. Sancho II nas suas grandes emprezas militares contra os mouros. Pedro Annes, sem se bandear com a mesquinha intriga palaciana, que arremessou com o infeliz monarcha para o doloroso e mortal desterro de Toledo, continuou junto de seu irmão e successor, D Affonso III, a sua faina belicosa, cabendo-lhe uma boa parte da gloria que as tropas portuguezas obtiveram em 1248 na libertação definitiva do Algarve, e por conseguinte de Portugal, do jugo mauritano.

Depois de Pedro Annes Cabral resplandece o vulto do bispo Dom Gil Cabral no meio d'essa sociedade, a que o governo, curto, mas rigido e destemperado, D. Pedro I imprimiu tons que lhe destacam o reinado, d'uma maneira desfavoravel da de todos os outros membros da sua dynastia.

O bispo da Guarda é um dos representantes mais sympathicos do primeiro estudo sob o regimen desegual do monarcha Justiceiro. Homem d'uma austeridade exemplar, educado nos principios de disciplina, de solidariedade e amor de classe, que tanto caracterisam o clero portuguez nas suas velhas luctas com a corôa, D. Gil Cabral era comtudo um elemento conciliador entre os dictames absolutos da vontade real, e as pretensões, mais ou menos exageradas, mas sempre zelozas do clero.

N'uma epocha, em que este começava a notar com ciume o vôo ambicioso da nobreza para um predominio, que devia de ficar tão sangrentamente assignalado na nossa historia, n'uma epocha a que presidia um rei de tão contradictorias qualidades, de tão perigrino caracter; n'uma epocha em que os povos erguiam os primeiros clamores contra os vexames recebidos das classes privilegiadas; a influencia do nobre bispo da Guarda junto de D. Pedro I era uma das melhores garantias para se conservar, como se conservou, uma tal qual ordem nas coisas publicas.

Além de conselheiro, D. Gil Cabral era amigo devotado do rei. Acompanhou-o com palavras de conforto nos transes duros porque elle passou; e sempre que o genio arrebatado ameaçava explodir-lhe em actos, cuja atrocidade não tem attenuantes capazes de relevar, o illustre prelado procurava detel-o, muitas vezes, por certo, com a imporficuidade de quem tentasse suster a marcha infrene d'um furacão.

Seria interessante, e d'um valor extraordinario para a historia, o depoimento circumstanciado d'esta testemunha das tempestades intimas que agitaram a côrte de D. Affonso IV nos ultimos annos da sua vida, e das scenas originalissimas, que se seguiram com a ascensão de seu filho ao throno. A dilacerante tragedia de Ignez de Castro, os excessos de loucura em que o infante partiu por esses campos fóra com gente armada talando-os e destruindo as al-

deias como se pizasse terra inimiga, a ceremonia phantastica da trasladação e coroação do cadaver de D. Ignez, e outras variadissimas passagens do reinado de D. Pedro, nas quaes este figura sob aspectos, alguns perfeitamente pathologicos, envolvem a sombra do bispo da Guarda n'uma atmosphera impregnada do maior interesse historico, e colorida das scintillancias romanescas da edade média.

Este respeitavel antepassado, com quanto á face dos documentos não seja o tronco genealogico, d'onde rebenta e se ramifica directamente a familia Cabral, é, permitta-se-nos a dicção, a balisa social d'onde ella parte, determinando-a no campo das provas como uma das mais antigas de Portugal, e constituindo uma poderosa recommendação junto dos successores de D. Pedro, que sempre a distinguiram com a sua alta e valiosa estima.

É escudado no nome prestigioso de seu tio, que vemos Alvaro Gil Cabral entrar em scena no reinado de D. Fernando. Não que ao valente alcaide da Guarda faltasse merito para se impôr ao serviço do rei e da patria como homem altamente aproveitavel; mas para chegar á arena das grandes lides, para ser admittido a prestar provas de confiança e de valor em qualquer cargo, era preciso o talisman do sangue e da tradição de familia.

Alvaro Gil honrou heroicamente a memoria de seu tio.

Os alicerces moraes, que elle dedicou á sua descendencia, não poderiam ser construidos com mais solidez n'uma epocha, em que os brios civicos dos portuguezes foram submettidos a uma bem dura e decisiva prova com as scenas tristissimas da regencia de D. Leonor Telles.

Quando uma parte, e não pequena, da nossa fidalguia renegava a sua nacionalidade, se bandeava com os que pretendiam agrilhoar Portugal ao jugo estranho, quando a desordem e a dissolução semeadas pelos agentes de Castella e de D. Leonor com ouro, promessas e razões especiosas, chegaram a despedaçar laços fortissimos de familia, como os dos Pereiras, a fidelidade inconcussa de Alvaro Gil Cabral fulgura nas chronicas do seu tempo como um dos maiores padrões de gloria.

Mas não é só nos chronistas que se encontram attestadas as brilhantes qualidades e virtudes do progenitor dos Cabraes; o mestre d'Aviz cobriu-o de honras e mercês, como a poucos dos cavalleiros que, defendendo a autonomia sagrada da patria, lhe ajudaram a collocar na cabeça o tão disputado diadema real.

Á elevada proeminencia, a que Alvaro Gil subiu, devida ao seu proprio valor, emparelhado sem duvida, com o bispo seu tio na importancia, na influencia e na consideração dos coevos, acresce ainda o seu casamento na familia dos Pereiras, então guindados á culminancia do renome pelo patriotismo e feitos d'armas quasi fabulosos de Nuno Alvares Pereira.

Com elementos tão auspiciosos da formação inicial, como os da illustre familia a que pertence o mallogrado descobridor do Brazil, poucas mais se encontram nos cadastros da nobliarchia portugueza.

*
* *

Mas a familia Cabral não é respeitavel apenas pela sua origem e pelo nobre procedimento de quasi todos os seus membros atravez dos seculos.

Entrando-se na epocha afanosa dos nossos emprehendimentos maritimos, ainda é a familia Cabral uma das primeiras que se nos deparam á admiração pelo seu inquebrantavel patriotismo. O posto de honra e de estoica dedicação, que ella occupou na defeza da independencia nacional, vemol-o manter-se na gloriosa implantação do nosso dominio na Africa e na sondagem dos mysterios, com que a immensidade do oceano nos espicaçava o genio aventureiro.

No primeiro passo que demos no continente negro, com a tomada de Ceuta, lá figura Luiz Alvares Cabral, investido no honroso cargo de védor da casa do infante D. Henrique, a quem acompanhou, batendo-se com devotada valentia, e vindo mais tarde a baquear sob as ordens do mesmo infante na infelicissima empreza de Tanger.

E de então até fechar-se o cyclo epico das nossas conquistas em Africa, nunca mais os Cabraes deixaram de pagar o tributo generoso do seu sangue para engrandecer e consolidar o nosso poder colonial, tão desastradamente sacrificado por D. João III ás suas esperanças e projectos loucos sobre a India.

As primeiras leguas de mar que os portuguezes cortaram para occidente, foi sob o commando de um Cabral. Ao arrojado commendador de Almourol coube a dita de preceder todos os vultos, que se internaram pelas brumas temerosas do Oceano Atlantico. Se a sua memoria não se pode altear até ao fastigio em que reluz a dos homens que alcançaram pela primeira vez differentes pontos da costa do Novo Mundo, ninguem lhe recusará a parte legitima e a prioridade que elle tomou no traçado da grande estrada trasatlantica.

O nome dos Cabraes ficou ligado a esse monumental emprehendimento da nossa vida maritima, d'uma maneira tão curiosa como perduravel.

Gonçalo Velho Cabral inicia em 1432 a navegação para oeste da costa europea, e deixa a sua viagem assignalada com as ilhas de Santa Maria e S. Miguel por indestructivel padrão.

Mais tarde, quando os portuguezes, depois da viagem de Colombo e da entrada dos hespanhoes na America, ou Indias Occidentaes n'esse tempo, já

não esperavam coisa alguma d'alli, e engolpharam todos os seus pensamentos na riqueza das regiões orientaes recentemente encontradas, eis que Pedro Alvares Cabral, sobrinho do descobridor das duas ilhas açorianas, remata os descobrimentos do occidente resgatando das trevas do ignoto o fecundissimo sólo de Vera Cruz, que mais tarde tamanha influencia devia exercer na vida economica da patria portugueza, e, por assim dizer, d'uma grande parte da Europa.

Mas a familia Cabral não se torna apenas notavel pela sua origem e pelos feitos alevantados de muitos dos seus membros.

Sem duvida que estes lhes grangearam um logar distincto entre a primeira nobreza do reino; entretanto a sua preponderancia social tornou-se successivamente maior, devido em grande parte tambem ás differentes allianças matrimoniaes contrahidas em casas importantissimas.

Em poucos annos apresentáva ella pujantes ramificações, achando-se enleada em solidariedade intima com quasi todas as familias, que commungaram na estima e boas graças do poder real.

É preciso recapitular com meia duzia de traços essas alliânças; extractal-as do arrazoado genealogico como um elemento essencial, porque temos de guiar-nos em diversas conclusões de nosso trabalho; é indispensavel imprimir-lhes relevo que facilite a idéa do seu valor, e promptifique a sua fixação na nossa memoria.

Em principios do seculo XV, Fernão Alvares Cabral casa com a filha de Rui Freire de Andrade, almirante do reino. João Fernandes Cabral aparenta-se com a casa dos condes de Monsanto e com a do marechal D. Fernando Coutinho, pelo seu consorcio com D. Joanna de Castro. O marechal D. Fernando era avô da primeira condessa de Cantanhede, e bisavô de D. Izabel de Menezes mulher do almirante de Portugal Antonio de Azevedo, e este filho do celebre almirante Lopo Vaz de Azevedo. Uma irmã de João Fernandes Cabral, por nome D. Brites, desposa-se com D. Pedro de Noronha, filho do 1.º marquez de Villa Real, uma das personagens mais influentes do seu tempo; e Pedro Alvares Cabral, seu irmão, cuja biographia é o thema directo d'estas nossas excavações historico-genealogicas, recebe por mulher D. Izabel de Castro, prima do mesmo marquez e sobrinha direita do inegualavel capitão portuguez Affonso d'Albuquerque.

A menção, que fizemos dos dois insignes parentes da mulher de Pedro Alvares, não é por compensal-a da obscuridade de seu pae e de seus irmãos. De fórma alguma. O elenco, que fizemos de tantos nomes illustres, vae até ser completado com esses benemeritos, a quem o nosso antigo imperio colonial deve muito do seu antigo esplendor.

D. Affonso, D. Jorge e D. Antonio de Noronha, irmãos de D. Izabel, que

haviam ido em 1506 servir na India em companhia do glorioso heroe de Goa, perderam alli até a ultima gota de sangue pela patria e pelo rei. Todos tres morreram heroicamente no campo da batalha.

D'esta noticia rapida sobre os tres cunhados de Pedro Alvares excluimos o nome de outro, D. Garcia de Noronha, cuja biographia se encontra dispersa e aureolada dos maiores encomios em todas as chronicas que rezam do começo, apogeu e decadencia dos nossos dominios asiaticos.

Não vem fóra de proposito contornar aqui o vulto respeitavel do vice-rei D. Garcia de Noronha. Condensaremos em algumas linhas a historia dos seus relevantes serviços.

Na armada que el-rei D. Manuel mandou á India em 1511, armada que se compunha de seis naus, foi D. Garcia investido na capitania mór. Em 1513, tendo Affonso d'Albuquerque resolvido atacar a cidade de Adem, uma das mais poderosas da Arabia e um dos portos mais invejaveis do mar de Oman, recaiu n'elle a escolha para o commando de um dos dois grandes troços de combatentes que foram recrutados para aquella empreza.

Tomada a cidade, D. Garcia não descançou um momento. Partiu immediatamente para Calecut, a fim de se levantar uma fortaleza, havia muito projectada, mas não chegou a realisar o seu proposito. Regressando de Calecut partiu em identica missão para Ormuz, capitaneando uma nau em que ia o illustre Albuquerque.

Fallecendo este, voltou D. Garcia ao reino em 1516, e por aqui se conservou até 1534, sem dar outro signal de si, além do que se nota no documento XXII.

A Africa portugueza entrava na medonha derrocada, devida á estulta administração colonial de D. João III, que se occupava em exclusivo da India, e abandonara ao vandalismo indigena os nossos bellos emporios africanos, que tanto sangue haviam custado a expugnar e a desenvolver.

Çafim com a sua magnifica fortaleza ia cair nas mãos do rei de Marrocos, que lhe puzera um cêrco de noventa mil homens. Esta noticia reboou em Lisboa, como o echo d'uma enorme desgraça. Foi o maior repellão que levou a consciencia nacional pela indifferença com que seguia a politica do rei inquisidor.

Quem nos iria salvar Çafim? Todos os animos se voltaram anciosos para D. Garcia de Noronha, a quem dezoito annos de descanço na côrte não haviam enfraquecido as forças, coragem e alto civismo. Dentro em pouco achava-se organisada uma expedição de bravos, que reflectiam com ardor o heroico enthusiasmo de D. Garcia, e que finalmente tiveram a gloria de fazer levantar o cêrco, restituindo á patria uma das melhores partes do seu territorio africano, que podia, sem elles, considerar-se perdida.

Estes e outros serviços valeram a D. Garcia a maxima confiança de D. João III, como homem de recursos superiores, e no qual o monarcha chegou a pôr uma esperança de conseguir por meio d'elle suster a derrocada em que se ia o nosso grande imperio do oriente.

Foi, pois, D. Garcia o 11.º governador da India e 3.º vice-rei d'este estado. A sua escolha para este cargo encontrou o applauso unanime da côrte, os votos ardentissimos dos que se preoccupavam, a valer, com a nossa decadencia colonial. Contando setenta annos de edade, o insigne varão não recusou o seu auxilio á corôa nas embaraçosas condições em que ella se encontrava. Partiu com o animo incendido d'um audacioso proposito de salvar a todo o custo a honra e os interesses portuguezes na Asia. Com pouca mais vida contava; mas essa pouca, havia de aproveital-a em serviço da patria, revocando toda a sua energia de plena virilidade.

Resolvida a partida de D. Garcia para a India, choveram de todos os lados offerecimentos valiosos de pessoas que o queriam acompanhar, e se punham incondicionalmente sob as suas ordens; tal era a confiança que tinham n'elle e o desejo que os abrazava de vêr restituido ao seu antigo esplendor o dominio de Portugal em além-mar.

Passou muito de cem o numero dos homens illustres que de feito o acompanharam. Chegou á India, começou desde logo por soccorrer Antonio da Silveira, com 170 velas. Debatiamo-nos então com o primeiro cerco de Diu, essa monstruosa acção militar cuja historia é uma das paginas simultaneamente mais sublimes e mais horrorosas que conhecemos. O resto do governo de D. Garcia, cuja morte succedeu em Goa no anno de 1540, traduziu em provas eloquentissimas, em feitos da mais patriotica dedicação e denodada valentia, os generosos intuitos, com que acceitára o governo da India n'uma epocha, em que esta deixára de seduzir a ambição dos validos da côrte, e passára a constituir o nosso maior problema administrativo.

É justo que concluamos este commentario sobre a elevada posição a que chegou a familia do illustre descobridor do Brazil, já por seus proprios meritos já pelos fulgurantes pergaminhos d'aquella a que se alliou, lembrando ainda o nome de D. Fernando de Noronha, sogro de Cabral e pae d'esses quatro heroes que acabamos de mencionar com a veneração e sympathia que nos merecem as suas acrisoladas virtudes.

D. Fernando gosava dos maiores creditos por sua prudencia e saber. Pertenceu ao conselho de D. João II, e durante alguns annos exerceu o cargo de curador dos negocios da princeza D. Joanna, a *Excellente Senhora*, vindo a fallecer em 1509.

Foi sepultado no mosteiro das Virtudes, e na campa esculpiram-lhe o seguinte epitaphio:

AQUI JAZ D. FERNANDO DE NORONHA,

BISNETO DE

EL REY D. FERNANDO DE PORTUGAL E DE EL REY D. HENRIQUE DE CASTELLA, E D. CONSTANÇA DE CASTRO, SUA MULHER E ALGUNS DE SEUS FILHOS E NETOS.

FALLECEU NO ANNO DE CHRISTO DE 1509.

CAPITULO III

Ascendencia e algumas particularidades da vida de D. Vasco da Gama, segundo a descripção genealogica elaborada pelo notavel linhagista, Jacintho de Pina Loureiro, corroborada pelos estudos de Fr. Lucas de S. Joaquim Pinheiro e annotada com alguns documentos de registo official.

I **Alvaro Annes,** foi um cavalleiro honrado, que viveu em Olivença em tempo de el-rei D. Affonso III (o conde de Bolonha). Serviu na conquista do Algarve, e tinha por alcunha—*o da Gama,* por ter domesticado um d'estes animaes a ponto de o acompanhar como se fosse um cão.[1]

Dizem que foi casado, mas não se alcança com quem. Houve, porém, os dois filhos seguintes:

2 **João Alvares da Gama,** com quem se continua.

2 **Bertoleza da Gama,** mulher de Estevão Cogominho, natural de Evora, c. g.

II **João Alvares da Gama,** viveu no tempo de el-rei D. Diniz e D. Affonso IV, com quem sendo já velho, se achou na batalha do Salado, em que os portuguezes ajudaram os hespanhoes contra o maior exercito até então visto de mouros e marroquinos colligados.

Casou com Guiomar Cogominho, irmã de seu cunhado, o dito Estevão Cogominho de quem teve:

III **Alvaro Annes da Gama,** que foi com seu pae á batalha do Salado e

[1] Esta lenda, embora repetida por varios linhagistas, parece-nos não ser a expressão da verdade, porque o appellido Gama existia anteriormente em Castella. — *Vid. Piferrer, vol.* 5.°, *pag.* 149.

depois serviu a el-rei D. Fernando, que em muita conta teve sempre os seus serviços.

Casou com Maria Annes Barreto (ignora-se a sua filiação), de quem teve:

IV **Estevão Vaz da Gama**, que viveu em tempo dos reis D. Fernando e D. João I.

Com respeito a este Estevão Vaz da Gama, exprime-se Loureiro nos seguintes termos: «é o de quem a maior parte dos nobiliarios começam esta familia, assignando-o pelo primeiro tronco e deducção d'ella. Comtudo nós a achamos já da maneira que aqui a escrevemos e com isto não desejamos maior credito do que o que se deve ao primeiro que lhe descobriu esta mais antiga ascendencia.»

Casou em Elvas (e por esta razão foi morar n'esta cidade) com Catharina Mendes, a qual ficando viuva aos 28 annos, viveu muitos mais, com grande exemplo de virtude e honestidade. Foi ella quem fundou a Ermida de N.ª Sr.ª da Graça, em Elvas.

Tiveram:

5 **Vasco da Gama**, com quem se continua.

5 **Alvaro da Gama**, que segundo dizem, casára em Olivença com uma senhora que herdou o morgado de Val de Moreno, nascendo d'este matrimonio D. Leonor da Gama, herdeira do dito morgado e mulher de Thomé Lobo, c. g.

BASTARDO:

5 **Gonçalo Esteves da Gama**, que foi clerigo e teve de uma Luiza Ayres, 5 filhas a saber: Margarida, Brites, Ignez, Martha e Eliannes; legitimadas todas por D. João I em 1427.[1]

V **Vasco da Gama**, escudeiro em tempo dos reis D. Duarte e D. Affonso V, nasceu em Elvas, onde foi tambem morador.

É este o chefe mais provado da linhagem dos Gamas.[2]

[1] Chancellaria de D. Affonso V, liv. 29, fl. 48.

[2] *N. B.* Alguns escriptores teem confundido este Vasco da Gama com o neto do mesmo nome e 1.º almirante da India.

El-rei D. Affonso V, pelos serviços que d'elle recebeu em Tanger e outras expedições, contou-lhe a sua herdade de Alcanam de Maljar no termo d'Elvas, no anno de 1474 e D. João II confirmou-lhe esta mercê attendendo ainda aos seus serviços, que deveriam ser os praticados em 1479 em Fez e Tanger, por carta passada em 1482, como consta do livr. 2 de Odiana a fl. 219.

Casou com Thereza da Silva, cuja procedencia não está averiguada.

Tiveram:

6 **Estevão da Gama**, com quem se continua.

6 **Ayres da Gama**, casado com Mecia Garcia, filha de Fernão Garcia Bocanegra, e teve d'este matrimonio Estevão da Gama, que foi por capitão mór á India em 1502 na companhia de seu primo D. Vasco da Gama, c. g.

6 **João da Gama**, que foi casado com D. Leonor de Pina, filha do chronista mór, Ruy de Pina, e d'ella teve Diogo da Gama,[1] marido de D. Maria Sotil, filha do bispo de Çafim D. João Sotil e d'ella houve João Sotil da Gama, c. g.

6 **Paulo da Gama**, casado com D. Constança Gil, filha de Gil Vasques de Altero, c. g.

VI **Estevão da Gama**, entrou ainda muito moço no serviço de el-rei D. Duarte, que em vista das excellentes provas da sua capacidade o nomeou para criado de seu filho o infante D. Fernando, 1.º duque de Vizeu.

Quando o infante levado pelas tradições de familia, e pelos desejos de alargar o nosso territorio em além-mar, voltou os olhos cubiçosos de gloria para as conquistas d'Africa, escolheu Estevão da Gama para ir dissimuladamente sondar as forças militares de que dispunha a villa d'Anafé;[2] e sendo esta arriscada missão habil e corajosamente desempenhada, mereceu-lhe o ser novamente escolhido em 1468 pelo rei D. Affonso V para acompanhar o mesmo infante ao cêrco d'aquella poderosa praça africana.

[1] Prova-se a existencia de Diogo da Gama, por uma carta sua escripta de Roma a 2 de junho de 1502—Torre do Tombo, Gaveta 20—6—; e a de seu filho, João Sotil, Armario 26—1—261.

[2] A *Ribeira de Lisboa*, pelo sr. Visconde de Castilho, a pag. 45.

D. Affonso V, recommendou-lhe mui particularmente a guarda de seu irmão, e sobretudo que obstasse quanto possivel a que elle, pelo seu animo ardido e irreflectido commettesse alguma temeridade de consequencias fataes.

Estevão da Gama bem se desempenhou d'esta honrosa missão a contento de todos.

O Infante D. Fernando falleceu em 1470, deixando, além do seu successor D. Diogo, outro filho nascido em 1469, chamado D. Manuel, o futuro e 1.º rei d'este nome.

Estevão da Gama, depois da morte de seu amo conservou-se na casa dos novos duques, continuando a captar a sua estima. Havia, pelos seus referidos serviços, sido agraciado com a alcaidaria mór de Sines e a commenda do Cercal, em Sines, ambas estas graças pertencentes á ordem de Sant'Iago.[1] Em 22 de outubro de 1471, houve a tença de sete mil reaes, e em 17 de outubro de 1472 mais a de tres mil reaes por ter acompanhado a Castella D. Affonso V.[2] Em 1478 foram-lhe doados os direitos que eram inherentes á sua alcaidaria, e em 18 de abril de 1479, é-lhe feita a mercê do serviço real pelo qual dois judeus de Sant'Iago do Cacem eram ou poderiam ser obrigados a el-rei, mercê esta que lhe foi confirmada a 16 de março de 1484 por D. João II. Havia tambem, anteriormente, tido a mercê das Saboarias de Extremoz, Souzel e Fronteira.

Quando Estevão da Gama, no ultimo quartel da sua vida, cuidava que, pelos relevantes serviços que havia prestado ao rei e á patria, tinha assegurado o descanço da sua velhice e o futuro de seus filhos, é então que, sem o presentir, e inopinadamente, a desgraça cahiu de chofre sobre elle.

Cinco mezes e alguns dias depois da data da ultima mercê que lhe havia sido feita, succedia aquella medonha tragedia, em que D. João II entrou em scena como juiz e executor de D. Diogo, duque de Vizeu.

Desde aquelle nefasto dia 23 de agosto de 1484, que o rei e os seus

[1] Diz-nos o nosso amigo sr. Brito Rebello, «que a alcaidaria mór de Sines e a commenda do Cercal eram annexas á ordem de Sanct'Iago (no mestrado da qual e da de Aviz, foi D. Jorge de Lencastre, filho de D. João II, investido solemnemente em 12 de abril de 1492, em virtude de uma bulla solicitada pelo dito monarcha, depois do fallecimento do principe herdeiro D. Affonso), e que portanto de tudo quanto vagasse ou annullasse nas ditas ordens podia o respectivo mestre fazer mercê a quem lhe parecesse, como effectivamente fez a Garcia de Mello, e em vida d'este, ao secretario Antonio Carneiro, em 29 de maio de 1501.»

[2] Vid. Vasco da Gama e a Vidigueira, pelo nosso amigo o sr. dr. Aragão. *Bol. da Sociedade de Geographia*, 6.ª série, n.os 9, 10 e 11.—1886.

mandatarios se empregavam com singular affinco em organisar processos condemnatorios, cujas malhas miudissimas enredaram todos quantos pelas mais leves suspeitas estivessem em relações, mais ou menos directas, com as victimas d'aquella terrivel hecatombe politica, em que o feudalismo dava os seus ultimos arrancos.

Estevão da Gama pelos laços da gratidão e estima que desde a sua mocidade o traziam preso á casa de Vizeu, embora innocente n'aquelle attentado contra a vida do rei, não podia ser excluido do numero dos muitos que, achando-se no mesmo caso, foram incriminados de cumplicidade na rebellião da nobreza.

Ainda até hoje não se sabe ao certo o numero dos desgraçados, que, por meras conjecturas ou indicios, sem maior fundamento, foram sentenciados ao exterminio, ao confisco de bens, e ao carcere por toda a vida.

D. João II, quando a morte se lhe avisinhava, supplicou ao Papa o perdão de seus peccados, confessando então que só á sua parte mandára matar **oitenta** homens![1] Isto, sem fallar dos que foram eliminados pelo cadafalso mediante um simulacro de julgamento em tribunaes, cujos ministros tremiam tanto deante do rei como os proprios accusados.

O doc. n.º III, diz-nos que entre os envenenados nas prisões e mandados devorar pelas feras, contava-se o bispo de Safim D. João Sotil, amigo intimo de Estevão da Gama e de tão estreitas relações com esta familia, que em 1480 tinha ido a Sines conferir ordens menores a seus filhos, e casára uma sua filha unica com Diogo da Gama, sobrinho do dito Estevão. (Vid. o n.º 6 d'este cap.)

É muito de suppôr, que Estevão da Gama tivesse tido, pelo menos, a mesma sorte do bispo seu amigo, o que nos parece estar indicado pela vingança que, mais tarde, seu filho Paulo exercera contra um dôs juizes que entraram no julgamento de seu pae, como adeante se dirá.

Pelo fallecimento de Estevão da Gama, (ou quem sabe se mesmo antes?) caducaram todas as graças e mercês que merecidamente lhe haviam sido feitas; apenas, por mui especial contemplação, deixou-se ficar a seu filho mais velho as Saboarias de Extremoz, Souzel e Fronteira.

D. João II usou algumas vezes d'estes rasgos; matou e mandou ma-

[1] *Hist. de Port.*, por Pinheiro Chagas, escripta segundo o plano de F. Diniz, vol. III, pag. 155.

Garcia de Rezende, pinta o remorso na boca de D. João II, do seguinte modo, que achamos bastante pittoresco: «Não me conforteis, que eu fui tão máo bicho que nunca me acenaram que não mordesse.»

Vida de D. João II, cap. CCXI.

tar todos os implicados e até os relacionados com os cabeças da malfadada conspiração, e depois agraciava irmãos, filhos e viuvas das suas victimas!

Estevão da Gama foi casado com D. Izabel Sodré, irmã de Vicente Sodré, e ambas filhas de João de Rezende, provedor das vallas de Santarem, e de sua mulher D. Maria Sodré.

Tiveram os filhos seguintes:

7 **Paulo da Gama**, que fez tirocinio para padre tomando ordens menores em 1480 (doc. n.º III), e por direito de primogenitura e graça especial, teve a confirmação da posse das Saboarias de Extremoz, Souzel e Fronteira. (Doc. n.º XX).

Paulo da Gama, em seguida á morte de D. João II, que teve logar a 25 de outubro de 1495, e ao contar cerca de trinta annos de edade, pareceu-lhe que era tempo de pedir contas ao juiz, que, sem provas de culpabilidade, havia processado e condemnado seu pae. Dirigiu-se occultamente a Setubal e, segundo dizem, procurou o doutor Nuno Gonçalves, que tinha sido o principal e cruelissimo instrumento do rei, e dominado pelo rancor sopeado em dez annos de pertinaz espera, vibrou-lhe algumas punhaladas. Depois de perpetrar este acto de desesperada vingança, homiziou-se por algum tempo, até que a rogos de seu irmão Vasco, foi pelo rei D. Manuel perdoado, e, por proposta do mesmo seu irmão, nomeado para o acompanhar á India, morrendo na volta ao reino em 1499, na Ilha Terceira, onde foi sepultado no mosteiro de S. Francisco.

7 **Ayres da Gama**, que, segundo Gaspar Corrêa, tambem estudou para clerigo. Herdou por morte de seu irmão Paulo, as Saboarias já referidas, por carta de confirmação de 6 de janeiro de 1502. Foi por capitão mór, duas vezes á India, a 1.ª em 1511 e a segunda com a capitania da fortaleza de Cananor em 1518. Morreu em 1522, tendo sido casado com D. Joanna de Castello Branco, filha de D. Pedro de Castello Branco,[1] senhor do morgado instituido por seu tio em 30 de

[1] D. Pedro de Castello Branco, não tinha direito a usar do tratamento de dom pelos seus ascendentes, mas foi-lhe concedida ter essa graça por ter provado que havia nascido depois que seu pae, Nuno Vaz de Castello Branco, fôra elevado á dignidade de Almirante de Portugal por carta de D. Affonso V de 12 de abril de 1467, por ser filho de D. Catharina Paçanha. A' vista do exposto, parece não haver duvida que á sobredita dignidade de almirante andava annexo o tratamento de dom para os que d'elle se quizessem apro-

outubro de 1442, que tinha por cabeça a quinta chamada de Castello Branco, na freguezia de S. João da Talha, adeante de Sacavem. Do matrimonio de Ayres da Gama, nasceu um filho herdeiro de sua casa chamado D. Antonio da Gama, que teve, por morte de seu pae a confirmação das Saboarias por carta de 18 de junho de 1523 (doc. n.º xx) e em 1533 foi á India por capitão do galeão S. Salvador.

Morreu em 1566, legando toda a sua importante fortuna á Misericordia. As Saboarias passaram por mercê nova a D. Antonia da Silva, dama da rainha D. Catharina, e filha de Phebos Moniz. Estas e outras mercês constituiram o dote da dita senhora para casar com Francisco de Sampaio, segundo consta d'um alvará passado a 26 de setembro de 1571.

7 **Vasco da Gama**, com quem se continua.

7 **D. Thereza da Gama**, teve uma pensão de vinte mil reaes em 1509 para casar com Lopo Mendes de Vasconcellos, c. g.

7 **D. Izabel da Gama**, freira em Chellas.

7 **Estevão da Gama**, fallecido em 1499, s. g.

VII **Vasco da Gama**, nasceu em Sines no anno de 1469, filho como já se disse de Estevão da Gama.

Vasco da Gama, como mui naturalmente se deduz pela descripção que deixamos exarada, independente do texto de varios linhagistas, foi creado quasi conjunctamente com o futuro rei de Portugal D. Manuel, o que era vulgar n'aquelle tempo, pelo viver simples e livre de preconceitos dos duques de Vizeu, como ainda hoje de certo modo se conclue pela casa onde nasceu D. Manuel, em Alcochete, que não tem os mais tenues vestigios de ter sido apparatosa, antes pelo contrario o seu confronto, já não diremos com edificios modernos, mas do proprio tempo, diz-nos que o berço do *Rei Afortunado* era indubitavelmente muito mais modesto do que os de alguns dos seus fieis subditos.

Foi pois assim que D. Manuel e o filho do seu antigo creado, ambos da mesma edade, se irmanaram nos entretenimentos da infancia, e se associaram nos folguedos da puericia.

Depois pensou o velho servidor em encaminhar seus filhos Vasco e

veitar. Ao dito Almirante Nuno Vaz de Castello Branco, não succedeu o filho, mas sim Lopo Vaz d'Azevedo, por sua mãe ser irmã de D. Catharina Paçanha, acima.

Paulo para a vida ecclesiastica, esse antigo refugio principalmente dos filhos segundos, menos abonados de fortuna, conseguindo que ambos elles tomassem ordens menores em 1480, (doc. n.º III).

Estavam as cousas n'este pé, quando Vasco da Gama, depois de quatro annos de applicação em seus estudos preparatorios, e sem o minimo presentimento do desastre que a sorte lhe estava aparelhando, se viu subitamente prostado pelos acontecimentos que acima deixamos apontados. Esta phase da sua vida muito deveria ter contribuido para lhe transmudar a indole e encruar o coração.

O duque de Beja, a seu turno, depois d'aquelle desfecho tragico, deixou de ser para os Gamas o D. Manuel de outro tempo, porque n'aquella epocha de terror era mister evitar a todo o transe quaesquer relações com os opprimidos, as quaes podiam acarretar damnosas consequencias.—É que D. Manuel não se poderia facilmente esquecer de ter sido chamado para vêr o cadaver de seu querido irmão traspassado pelo punhal vingativo do rei, seu primo e cunhado.

Devido, pois, ao retrahimento do duque de Beja, antes de ser rei, Vasco da Gama esteve por algum tempo perplexo sobre se deveria, ou não, procurar a pessoa do rei, receioso de encontrar n'elle a esquivança do duque; mas vencido pela necessidade e achando-se o mesmo rei em Extremoz, animou-se a ir ao seu encontro.

Vasco da Gama, sem preambulos nem reticencias, expoz francamente ao rei, com calor, a tormentosa morte de seu pae, o compromettimento de seu irmão Paulo, e as circumstancias desfavoraveis em que elle proprio se encontrava.

O rei ouviu-o attentamente, e demonstrou que se recordava de tudo quanto acabava de ser dito pela bocca do seu affectuoso companheiro de infancia, então transformado n'um mancebo ousado e altivo, resolvendo desde logo dar-lhe um indulto para levar a seu irmão, e recommendou-lhe que voltasse em breve que ia pensar no seu futuro.

Colhemos a maior parte d'estes ultimos esclarecimentos d'entre os manuscriptos de Fr. Lucas de S. Joaquim Pinheiro, no final d'uma dissertação em que tratou do «Chamamento de Vasco da Guma para ir em busca dos povos orientaes pelo caminho anteriormente traçado por Bartholomeu Dias e João Infante.»[1] (Vid. nota n.º 3).

[1] Ha, sobre o nome de João Infante differentes versões, uns chamam-lhe Lopo e outros Pero, mas nós seguimos a dicção mais usada. Vid. *Dialogo de Varia Historia*, tom. I, pag. 41, 1806. *Os Portuguezes em Africa, Asia, etc.*, tom. I, pag. 41.

*
* *

A noticia, até hojeine dita, de que Vasco da Gama tomára ordens menores em 1480, modifica profundamente o aspecto sob que varios escriptores teem idealisado os primeiros annos da sua mocidade.

Era tradição corrente, fundamentada em materiaes historicos de bastante credito, que Paulo da Gama, seu irmão, abraçara a principio a carreira ecclesiastica, abandonando-a depois para se encorporar na legião alvoroçada dos que demandaram as riquissimas costas do oriente.

Não se suppunha, porém, que o futuro almirante dos mares da India fizera tambem uma aprendizagem theologica, que tanto acanhára o horisonte do seu futuro, proporcionando-lhe o indispensavel á manutenção que nem a sua condição de filho segundo nem os exiguos recursos da casa paterna, lhe podiam assegurar.

Quem cotejar com cuidado os doc. n.^{os} III e XX e estiver soffrivelmente impressionado da vida e costumes da epocha, em que se enquadra o presente trabalho, não deixará de notar uma tal ou qual discrepancia entre os dois textos.

Por um d'elles se vê comprovada a ordem de nascimento que démos aos filhos de Estevão da Gama, collocando Paulo em primeiro logar, contrariamente á opinião de quasi todos os linhagistas, que o apresentam como filho segundo; pelo outro, cuja substancia, no que toca a Vasco da Gama, era já largamente conhecida e acceita como authentica, corrobora-se que este entrára na carreira ecclesiastica.

O caso d'um primogenito, geralmente destinado á perpetuação da familia, deixar esta e o mundo pelo sacerdocio ou pela clausura, é o que resalta do confronto dos alludidos documentos, acarretando por ventura reparos, que não tardam a cair pela base, se attendermos aos exemplos, embora excepcionaes, de filhos mais velhos (herdeiros até de boas casas) que por vocação, por desgostos intimos, por amargas decepções do mundo e por escassez de meios de familia, se alistaram na milicia de Christo.

Os haveres de Estevão da Gama eram exiguos; o futuro que se antolhava a seus filhos era pouco ou nada promettedor. Mesmo com os bens da ordem de S. Thiago, de que elle foi por ultimo despojado, a casa não garantia, a um só que fosse, meios que o eximissem de ter de agenciar a vida pelo caminho mais á mão e mais seguido n'aquelle tempo.

Dando mesmo de bom grado que o motivo, que impelliu Paulo da Gama para a vida sacerdotal, não se originasse nas circumstancias pouco

desafogadas da casa paterna, vamos encontral-o, e com mais probabilidade talvez, n'um facto de outra ordem e em plena posse da historia.

A amisade entre Paulo e Vasco da Gama passa como exemplo vivo e edificante do amor fraternal. Não houve duas almas que se comprehendessem melhor; não houve dois corações que se unificassem melhor, do que os d'elles, no goso e no soffrimento.

Bastava Vasco da Gama, pela sua qualidade de filho segundo, ter de se refugiar nas vestes clericaes, para que Paulo o seguisse cegamente, calcando todo o respeito de familia, e todas as praxes consuetudinarias, algumas já codificadas com um certo valor legal, e que regulavam o papel civil do filho primogenito.

Não estará mui longe d'aqui, d'este immenso affecto reciproco, a razão por que vemos os dois irmãos juntos na sua iniciação no serviço de Deus e da sua egreja, e sensivelmente separados dos outros dois filhos de Estevão da Gama, formando um grupo á parte tão distincto como sympathico.

É a mesma razão que os levou ambos a despir a batina, para se engolpharem no pégo turbinoso da vida secular; é a mesma razão que compelliu Vasco da Gama a pedir ao rei que nomeasse seu irmão para chefe da expedição, que os levou juntos para o caminho aventuroso do reino de Préste João; é a mesma razão emfim, que os trouxe sempre inseparaveis, como a sombra do corpo, até que a morte inexoravel desmanchasse na Ilha Terceira essa tocante união fraternal, arancando Paulo da Gama aos braços desanimados e inconsolaveis de seu irmão Vasco.

E quem nos diz que a perda do infeliz capitão da nau S. Gabriel não foi a primeira nuvem agourenta que escureceu o céo de gloria e de fortuna, que azulejou por momentos sobre a cabeça do tracejador da róta maritimo das Indias?

Quem nos diz que o irmão mais velho não seria um segundo pae, um guia seguro, um carinhoso conselheiro, que poderia ter exercido uma influencia calmante no caracter tempestuoso de Vasco, e talvez o ajudasse a desenrascar-se dos escolhos, de que elle veiu a encontrar semeada a côrte manuelina, escolhos mil vezes mais perigosos e fataes do que aquelles que o preamar sonega traiçoeiramente n'algumas costas aos olhos mal avisados dos nautas?

Quem sabe!

*
* *

A edade de Vasco da Gama e a natureza dos estudos, a que se dedicou em moço, não se compadecem, de fórma alguma, com as scenas cavalheirosas onde o admittem a figurar diversos escriptores. Por pouco que o não dizem nascido sobre as aguas do mar, tendo por berço um elegante bergantim, embalado pelos solavancos da procella, e acalentado pelo susurro estrugidor das ondas.

Segundo elles, o capitão mór da primeira armada da India não podia deixar de ter uma infancia romanesca, que condissesse com o vulto heroico e sobranceiro, em que nol-o desenham os chronistas.

Os primeiros annos da vida de Vasco da Gama, obscuros como os da geralidade dos homens que se tornaram grandes e benemeritos da patria por suas virtudes e acções, acham-se descriptos por alguns auctores modernos com uma minuciosidade, que raras vezes se encontra até na biographia d'um nosso contemporaneo.

Não se prenderam com coisa alguma esses escriptores. Era preciso trazer desde o berço até ao tumulo a historia do famoso capitão, colorindo já a creança de fórma a vêr-se n'ella, com uma precocidade admiravel, o homem notavel de vinte annos depois; e a imaginação fez tudo.

A propria data do nascimento, um dos maiores tropeços onde a phantasia devia esbarrar, não os livrou da supposição de que elle se encontrara em Tanger em 1479, isto é, trocando pelo neto o avô, que tinha o mesmo nome, e foi quem militou na Africa sob o commando d'el-rei D. Affonso V.

E o pouco que podia ainda subsistir, por não haver ainda maior briga de datas, é, por outro lado, destruido pela occupação exclusiva de Vasco da Gama nos seus estudos clericaes.

Não havendo documento que nos prove ter essa occupação cessado em seguida á data em que o doc. n.º III nos dá a sua ordenação e a de seu irmão Paulo, suppomol-o mui naturalmente entregue a ella nos annos subsequentes.

Ainda quando o seu estado de adeantamento nas materias do curso lhe permittissem fazer o respectivo exame e receber ordens maiores, tinha de esperar o limite minimo de edade, determinado para esse fim, pelas leis canonicas de então. Pelo menos, antes de 1499 não podia ser, isto é, antes de trinta annos de edade. (Vid. nota n.º 4).

Mantemos, pois, a conclusão logica de que Vasco da Gama, longe

de andar em tirocinio no mar, em aventuras e galanteios pelos salões, como um fidalgo endinheirado e bem aparentado da epocha, continuava modesta e obscuramente a parafusar no latim e na theologia, deixando os estudos de padre talvez quando viu seu irmão Paulo obrigado a fazel-o pelo crime que perpetrou na pessoa do juiz Nuno Gonçalves.

E o que dizemos de Vasco da Gama pode estender-se como regra geral aos homens, que, n'um dado momento, nos apparecem aureolados de gloria por um grande feito maritimo. Nem o Gama, nem Alvares Cabral, nem Gonçalo Velho, nem D. Francisco d'Almeida e varios outros figuram na historia maritima, fazendo a natural aprendisagem para virem a representar um dia o papel de chefes de expedições tão importantes, se acaso a responsabilidade technica d'essas expedições impendesse sobre os capitães-móres, e não sobre os pilotos, mestres e contramestres.

Consultem-se as chronicas, os documentos officiaes, os archivos da marinha de então, as listas do pessoal embarcado, quer na qualidade de mareante, quer de batalhante, e não se encontram com o minimo tirocinio estes e outros vultos, cujo nome a historia exalta com a maior veneração e que a fortuna destinou á personalisação de grandes feitos; mas encontram-se, sim, os de Pero de Alemquer, de Diogo Caam, de Diogo de Azambuja e de muitos outros, que praticaram bastante aos baldões por cima das ondas do oceano, primeiro que conseguissem realizar as empresas que os tornaram notaveis, desbravando o caminho por onde a nobresa havia de chegar ao apogeu da gloria e da fortuna que elles coitados não tiveram a boa estrella de fruir (Vid. nota n.º 2).

Restabelecendo a verdade historica, não pretendemos de fórma alguma esmorecer o fulgor que cérca o vulto prestigioso de Vasco da Gama. A historia modesta da sua mocidade não póde, não deve de fórma alguma affectar a veneração geral, que todos nós devemos á sua memoria.

CAPITULO IV

Primeira viagem de Pedro Alvares Cabral á India.—Descobrimento do Brazil. despeito de Vasco da Gama.—Naufragio e morte de Bartholomeu Dias, descobridor do Cabo da Boa Esperança.—Encontro com a frota de Americo Vespucio.—Chegada a Lisboa.

O illustre varão Pedro Alvares Cabral, foi aquelle a quem o rei D. Manuel commetteu a direcção da primeira expedição á India depois que d'ali regressára em 1499 Vasco da Gama.

A esquadra compunha-se de 13 naus. O segundo commandante era Sancho de Tovar. Os outros eram: Simão de Miranda, Ayres Gomes da Silva, Vasco d'Athaide, Nicolau Coelho, Bartholomeu Dias, Diogo Dias seu irmão, Nuno Leitão, Luiz Pires, Simão de Pina, Pero de Athaide de alcunha o *Inferno*, e Gaspar de Lemos que commandava o transporte. Por feitor d'armada Ayres Corrêa, que havia de ficar em Calecut, por escrivães Gonçalo Gil Barbosa e Pero Vaz Caminha, por medico o mestre João, physico, oito frades da ordem de S. Francisco dos quaes era vigario Fr. Henrique, que depois foi confessor d'el-rei e bispo de Ceuta. Iam tambem na mesma armada 1:500 soldados e 20 degredados. Depois que esta armada ficou apercebida de tudo mais que lhe era necessario, foram el-rei e a côrte no dia 8 de março de 1500 ouvir missa de pontifical na ermida de Nossa Senhora de Belem, tendo comsigo dentro da cortina Pedro Alvares Cabral, prégando por occasião d'essa solemnidade o bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz. Acabada a missa o bispo benzeu a bandeira decorada com as armas reaes, a qual depois de benta, el-rei entregou a Pedro Alvares Cabral, e ao seu lado o acompanhou até entrar nos bateis onde todos se despediram.

No dia seguinte de manhã, 9 de março, a esquadra levantou ferro. No dia 14 avistou a Gran Canaria, a umas tres ou quatro leguas. Aos 22 dobrou

o Cabo Verde e n'essa noite apartou-se dos companheiros a nau de que era capitão Luiz Pires que arribou muito maltratada a Lisboa.

Cabral impulsionado pela violencia do vento, distanciou-se tanto da costa africana, que ao cabo de 43 dias de viagem enxergou um monte elevado e redondo, a que o celebre descobridor poz o nome de Paschoal por ser esse dia o oitavario da Paschoa. De tarde, acercando-se meia legua da costa, fundeou em frente de um pequeno rio, e mandou inquirir que gente era a que estanciava na praia. Eram os indigenas americanos, os indios tupiniquins.[1]

Cabral poz á nova descoberta o nome de Terra de Vera Cruz que depois se mudou em Brazil. Decorridos cinco dias, Cabral mandou para Portugal o transporte de Gaspar de Lemos, levando um dos indigenas. Escreveu ao rei uma relação dos successos da viagem, remettendo varios objectos do uso d'aquella gente.[2]

Não é facil descrever qual foi o jubilo do monarcha, da côrte e de toda a nação emfim, ao receberem a noticia do feliz descobrimento. Conta-o Barros, Damião de Goes e outros auctores antigos e modernos.[3]

Houve, porém, um homem que, sentindo-se offendido no seu amor proprio, não tomou parte no geral regosijo, por não se poder conformar com que um fidalgo inexperiente e creado na côrte, fosse capaz de fazer emmurchecer os seus virentes louros. Achamos isso naturalissimo *n'esse homem pouco grato, destemperado e desarrasoado* como nol-o descreve um seu contemporaneo, Leonardo de Cá-Masser, emissario veneziano em Lisboa:[4] «... El qual offizio ha dato questo Serenissimo Re a detto Don Vasco, e fattolo Armirante; benché lui non è molto grato a Sua Alteza, perchè lui è homo destemperado (sic), senza alcuna ragione; ha fatto molte cose nell'India nel suo viaggio che sono state poco grate a Sua Altezza...»

Retomemos o fio do nosso principal assumpto. No dia 2 de maio a esquadra deixou as plagas do futuro Brazil, e seguiu o seu itinerario para a India, e a 20 do mesmo mez levantou-se tão medonha borrasca, tão subito tufão, que, tomando os navios com o panno desfraldado, não tiveram elles tempo de o colher e carregar as gaveas. Quasi n'um abrir e fechar d'olhos sossobraram quatro d'elles, a saber: o do commando de Ayres Gomes da Silva, o de Simão de Pina, o de Vasco de Athaide e o do insigne Bartholomeu Dias. Passou-se

[1] Vid. a narração de Pedro Vaz Caminha e as observacões do physico Mestre João, doc. n.os v e vi.

[2] Vid. *Breve Noticia sobre o Descobrimento da America*, pelo nosso cordeal amigo A. C. Teixeira de Aragão, a pag. 46.

[3] Vid. *O Panorama*, a pag. 103, do vol. 4.º

[4] Assim o refere o sr. Visconde de Castilho, na sua *Ribeira de Lisboa*, a pag. 47.

isto no Cabo da Boa Esperança, sem que de tão lastimoso naufragio se podesse salvar pessoa alguma. O mau tempo durou ainda largos dias, sem se avistar terra atguma; e a 16 de julho deu Cabral no parcel de Sofala, descobrindo um ponto da costa africana até ahi desconhecido dos portuguezes. A 20 d'aquelle mez ancorou em Moçambique, e em 26 em Quiloa, onde se reuniram as seis restantes naus da sua conserva, porque a do capitão Diogo Dias, durante o temporal foi ter ao estreito da Arabia á cidade de Madagaxó d'onde voltou ao reino com seis homens apenas, depois de passar muitos perigos e trabalhos. Ali conferenciou Cabral a bordo da capitania com Ibrahim, rei do mencionado estado, que tentou urdir uma traição contra o illustre descobridor do Brazil. Todavia um irmão de rei de Melinde, Molei Homar, que estava em Quiloa, revelou-lhe o malvado intento, e por isso Cabral seguiu avante até Melinde, onde chegou aos 2 de agosto, e cujo rei, mui leal ao tratado que celebrára com Portugal, encheu-se de contentamento ao tornar a vêr os portuguezes e o seu embaixador, carregado de magnificos presentes. Acogulou Pedro Alvares Cabral de dadivas, proveu-o de mantimentos e refrescos, ministrou-lhe dois pilotos, com os quaes Pedro Alvares partiu d'ali a 7 de agosto. Aos 22 chegou ás ilhas Angedivas e a 13 de setembro a Calecut. Apenas Cabral chegou a esta cidade o Samorim mandou-o cumprimentar; mas elle exigiu refens de muita consideração, taes como o proprio Catual, e os ministros em quem o Samorim tivesse mais confiança, Cabral desembarcou então, fez-se-lhe uma recepção extremamente apparatosa, e destinaram-lhe habitação principesca. Ayres Corrêa foi acceito como commissario da nação. O descobridor das terras de Vera Cruz, com sobeja razão, não tinha por sinceros taes extremos de cortezia e de amisade; mas o commissario era incauto e de excessiva boa fé.

Havia em Calicut dois mouros encarregados de zelar os interesses dos seus correligionarios. Coje-Béqui superintendia nas caravanas, e Coje Cemeri nos negocios maritimos. Eram inimigos um do outro. O simplorio Corrêa deixou-se cahir no laço armado por Cemeri, desprezando os avizos de Béqui, dedicado aos portuguezes. Desejava o fementido moiro que o nosso commissario praticasse desatinos, e assim o conseguiu, para que recaisse grande odioso sobre os portuguezes e os indios se exasperassem. Corrêa captura um navio com sete elephantes, que Cemeri lhe fizera crer serem de moiros contrabandistas. O Samorim exultava de contente. O traidor revoluciona a populaça, e 4:000 homens accommettem a feitoria onde residiam os portuguezes. Morrem 70, em cujo numero o infeliz e pouco atilado Corrêa; os demais só a custo entram quasi todos feridos nas lanchas. Cabral immediatamente ataca treze navios moiros, surtos no porto, captura uns, incendeia outros, mette em ferros os homens, que se haviam livrado das chammas e do naufragio, e bombardeia durante dois dias consecutivos a cidade. Arrazou innumeras casas, fez

morrer mais de seiscentas pessoas, e coagiu o Samorim a fugir para os arredores, aterrado por haver presenciado a seu lado a morte de um favorito.

Depois d'este acto de energia e de alta dignidade, Pedro Alvares Cabral partiu para Cochim, no dia 24 de dezembro, cujo rei Trimunpára desejava ardentemente fazer alliança com os portuguezes, de quem a fama correra immediatamente por todo o Industão. Já se preparava para levantar ferro, quando os reis de Cananor e de Cuban lhe solicitam que fosse áquellas cidades. Dirigiu-se á primeira, onde chegou no dia 15 de janeiro de 1501, e encontrou um bom acolhimento; comprou ahi gengivre, 400 quintaes de canella e outras drogas, recebeu a bordo um embaixador que o rei mandava a D. Manuel, e partiu d'ali no dia 16 do dito mez de volta para o reino. Tocou em Melinde, navegou até Moçambique, onde se demorou os dias necessarios para beneficiar as naus, e d'ali mandou Sancho de Tovar com a sua nau reconhecer o porto de Sofala e informar-se do resgate do oiro que ali se fazia, e que, realisado isto, seguisse para Lisboa. Reparados os navios, Pedro Alvares Cabral se fez de vela, e dobrou o Cabo a 22 de maio aportando em seguida em Bezenegue junto a Cabo Verde, onde encontrou a expedição de tres navios, em que Americo Vespucio, de nação florentino, fazia a sua primeira viagem á terra de Vera Cruz por ordem de el-rei D. Manuel. Era de um d'aquelles tres navios Diogo Dias, que, como já se disse, havia desapparecido indo para a India.

Pedro Alvares Cabral chegou a Lisboa no dia 23 de junho de 1501, depois de ter levado o nome portuguez de um a outro hemispherio, e de ter firmado decisivamente a acção inicial da nossa colonisação da India, que D. Manuel accrescentou logo ao seu titulo de rei o de senhor da navegação, conquista e commercio da Ethiopia, Persia e da India,[1] como a pedra mais preciosa e rutilante do seu diadema real.[2]

[1] *Mariz*, tom. I, pag. 598, tom. II, pag. 62.

[2] Ácerca da viagem de Pedro Alvares Cabral e de algumas particularidades chorographicas do Brazil, pode consultar-se com proveito, além dos elementos historicos cujas indicações deixamos disseminadas pelo texto as seguintes obras: *Relação da viagem de Pedro Alvares Cabral*, por Ramusio.—*Maffeo*, liv. II.—Barles, *Hist. das arm. do Brazil*, liv. I, cap. 8.—Theatr. Orbis, *decrip. do Brazil*.—Abraham Ortelio, *descrip.*—Orland. *Chron. da Comp.*, liv. IX, n.º 81.—João de Barros, dec. I, liv. V.—Osorio, liv. II, pag. 61.—*Nova Lusitania*, por Francisco de Brito Freire, pag. 12, n.º 17.—*Chorographia Brazilica*, pelo P.e Manuel Ayres do Casal, tom. I, pag. 11, 36 e seguintes.—*Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Occeania*, etc.—*Anno Historico*, vol. I, pag. 668.—*O Panorama*, vol. 4.º, pag. 21, 30, 43, 53, 68, 85 e 101. E modernamente, o importantissimo trabalho do nosso amigo A. C. Teixeira de Aragão, sob o titulo:—*Breve Noticia Sobre o Descobrimento da America.*

CAPITULO V

Escolha de Pedro Alvares Cabral para ir segunda vez á India.—Razão por que não foi.—Imposição de Vasco da Gama.—Coacção do rei.—Desafronta de Pedro Alvares Cabral e sua retirada da côrte.

Pedro Alvares Cabral regressou a Lisboa depois da sua primeira viagem á India, como fica dito no cap. antecedente, no dia 23 de junho de 1501 e no fim de oito mezes e alguns dias de repouso, tinha de partir para a India pela segunda vez porque o rei D. Manuel, inteiramente informado do que elle tinha passado em Calecut, e das traições que os mouros da terra urdiram contra os portuguezes, assim o havia terminantemente ordenado.

O chronista Damião de Goes nol-o confirma,[1] e não pode haver duvida sobre a veracidade d'aquella determinação, visto que ninguem melhor do que o proprio chronista podia ter d'isso conhecimento; elle que desde a edade de onze annos, com pequenos intervallos, viveu na côrte de D. Manuel até á morte d'este monarcha.

A verdadeira causa que deu logar á substituição de Pedro Alvares, por Vasco da Gama, feita á ultima hora, não nol-a quiz dizer o Goes. Os chronistas foram todos assim: uns apologistas servis das boas manhas dos nossos reis! Não tocavam, nem de leve, nos acontecimentos que podessem desmerecer as glorias mais ou menos legitimas de seus augustos e generosos amos.[2]

Hoje ninguem acredita na inverosimil evasiva apresentada por Goes de não ter acceitado Cabral aquella missão por ir na armada Vicente Sodré, entre o qual o descobridor do Brazil, o chronista nos quiz induzir á suspeita de que houvesse quaesquer incompatilidades. É facil demonstrar que as não ha-

[1] *Chronica de Damião de Goes*. Parte 1.ª, cap. LXVIII.

[2] *Dialogos de Pedro Mariz*, ed. de 1806, tom. I, pag. 776.

via, porque tendo sido feita a nomeação de Sodré com muita antecedencia, não se pode admittir que Cabral, só á ultima hora se lembrasse de se lhe oppôr.

Se essa tivesse sido a causa determinante da recusa que infundadamente se lhe attribue dever-se-hia julgar mais que justificada, pelo ulterior comportamento de Vicente Sodré, que em logar de proteger o nosso fiel alliado, o rajah de Cochim,[1] se entregou á pilhagem, que era o fructo da sua paixão insaciavel pelas riquezas, e não pensou senão em saquear as naus de Meca empanando a gloria nacional com piratarias indignas![2]

O nosso profundo historiador Pinheiro Chagas vacilla a semelhante respeito,[3] formulando hypotheses sobre uma tal substituição, feita na vespera da partida; e sob a mesma duvida teem laborado outros muitos escriptores de subido merito.

No entretanto houve alguem que, longe e independente da acção deleteria da côrte, escrevendo só para si, sem intenção de dar ao prelo as suas memorias, nos deixou os dados precisos na obra de que foi victima,[4] obra seculos depois mandada imprimir a expensas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, sob o titulo: *Lendas da India de Gaspar Corrêa.*

É verdade que este auctor pela sua narração singela e despretenciosa, em que transparece sempre a verdade, tem merecido applausos de uns e apodos de outros; applausos d'aquelles que teem sabido apreciar a sua historia; apodos dos, felizmente poucos, a quem as vaidosas aspirações de *Icaros* de nada teem servido.

Gaspar Corrêa residiu em Lisboa, e partiu a primeira vez para a India em 1512 contando approximadamente dezesete annos de edade. Voltou mais tarde ao reino onde se achava em 1529. Em Lisboa e na India entreteve as mais intimas relações com os fidalgos mais notaveis da côrte de D. Manuel, todos contemporanes, e alguns d'elles testemunhas auriculares do facto contado por Gaspar Corrêa, pelo seguinte modo: «El Rey nosso senhor Dom Manuel era muy lembrado, com grande magoa que tinha no coração, da traição que fizera El Rey de Calecut a Pedraluarez Cabral, que quando da India chegou lhe contou logo, lhe deu palaura de tornar a mandar com armada muyto mayor, bem concertada para guerrear Calecut, e tomar delle vingança pois tinha mais razão. Com a qual lembrança, como foy tempo, mandou aperceber

[1] Vid. doc. XIV, XV e XVI.

[2] Sobre o producto de taes piratarias, houve grandes contendas, pela morte de Vicente Sodré, D. Manuel interveio em 1503 declarando pertencerem ao 1.º almirante seu chefe. Torre do Tombo, corp. chron., Parte 1.ª, Maç. 4, n.º 40.

[3] *Dicc. Pop.*, tom. VI, pag. 21, 1.ª e 2.ª col.

[4] Vid. doc. XXIX.

naos grossas pera a carga, e forão dez em que se metteo muyta e formosa artelharia com muytas monições, e armaria, tudo em muyta abastança, e prouimento de tudo o mais que compria pera sua viagem e tornarem pera o Reyno; com boa gente d'armas, e Capitães[1] e homens fidalgos, e Pedraluarez Cabral Capitão mór: todo isto feito e ordenado per Dom Vasco da Gama, a que El Rey encarregou que todo fizesse, que nas cousas da India El Rey mandava que elle todo fizesse. E sendo a armada de todo prestes para se partir para Belem, estando El Rey hum dia praticando nas cousas d'armada, e do muyto bem concertada e provida de todo como hia, disse El Rey: *Tudo está muyto á minha vontade, mas rogo a Nosso Senhor que Pedraluarez nesta armada seja tambem escansado como Dom Vasco foy na sua.*»

Estavam as coisas n'este pé quando se apresenta Vasco da Gama a disputar a capitania mór da armada sob a premeditada intenção de dar um cheque ao descobridor do Brazil; e isto, para ser mais estrondosa a afronta, fel-o á ultima hora.

«Senhor, diz Vasco da Gama a El Rey: a mym muyto me diz a vontade que va n'esta armada fazer esta viagem; polo que peço a Vossa Alteza que assi o haja per seu serviço. E esta mercê que lhe agora peço já ma tem feita per esta carta.[2] A qual tirou da manga e apresentou, em que lhe El Rey outorgava, e dava a capitania mór de todalas armadas que sayssem de Portugal pera a India, em que elle se quisesse embarcar, e sem embargo de nenhum embargo a podia tomar, inda que já estivesse em Belem para sayr pola barra, pera o que somente teria tres dias d'espaço para se embarcar; obrigando-se El Rey a dar saptisfação a qualquer capitão mór, a que assi tiuesse dado a tal armada, e isto com grandes forças e firmesas, sem El Rey por nenhum caso o poder quebrar. A qual carta vista por El Rey[3] com o que lhe Dom Vasco pedia..... El Rey dessimulou, dizendo: *Dom Vasco, muyto vos agradeço a vontade que tendes de meu serviço, e haverey prazer que fiqueis pera o ano, e que agora vá Pedraluarez, como esta ordenado.* Ao que respondeu Dom Vasco, e disse: Senhor, prometo a Vossa Alteza que em quanto viver, nas cousas de vosso serviço minha palaura e obra nunca torne atras. O que assi farey nesta, que Vossa Alteza nom tem nenhuma razão de me quebral a mercê, que per carta me tem feito, que ma não comprindo me fará grande aggrauo, e me parecerá que ficarei encetado para outros mayores. Ao que El Rey respondeu:

[1] Sobre capitães e capitães móres serem ou não serem mareantes, leia-se a nota n.° 2.

[2] Vid. doc. IX.

[3] Notamos esta passagem: «A qual carta vista por El Rey.» Como é que se comprehende que D. Manuel, tendo concedido uma graça de tão alta magnitude, que lhe annulava até o seu poder absoluto não se lembrava de a ter feito?...

Dom Vasco, nom espero de vos aggrauar, mas em móres mercês vos acrecentar, como de vós espero os serviços, e nada vos tirar do que vos tenho dado. Ao que não tenho outro pejo senão o aggrauo de Pedraluarez, e perda que sentirá de seus empregos, o que eu tudo lhe muyto satisfarey; mas o tenho por tanto meu servidor que tudo esquecerá, por que não haja quebra minha palavra. Senhor, continuou Dom Vasco, não ha nisto mais aggrauo que o que elle quiser tomar de sua vontade, que o proprio deve ser contra mim, no que sou eu o culpado de assi tarde me acordar.... indaque o homem que tem desastres no mar, devia de fugir delle.[1]

«Então El Rey mandou chamar Pedraluarez, e lhe muyto rogou que lhe largasse aquella armada, pera comprir com sua verdade, porque era de D. Vasco, e lhe dava todalas outras armadas em que podesse ir á India em as vagantes de D. Vasco, que polo trabalho lhe faria mercê, e de todo o gasto nom perderia nada. Pedraluarez era homem de mansa condição, e sabia já o que se passaua; quiz comprazer a El Rey, que lhe ficasse em mais obrigação, e levemente respondeo: *Senhor, eu sou vosso, e assi a armada e me hauerei por muyto ditoso se Vossa Alteza nisto de mim receber seruiço.* El Rey lhe disse: *Muyto será meu serviço que vós nom recebais escandalo.* Respondeo Pedraluarez: *Senhor, a vontade de Vossa Alteza feita, essa he minha gloria.* E beijou a mão a El Rey, o que lhe muyto agradeceo com palavras de grandes comprimentos.»

E eis-aqui a causa nua e crua que deu logar a que Pedro Alvares Cabral deixasse de ir pela segunda vez á India, como estava assentado e determinado por D. Manuel.

O bonissimo Gaspar Corrêa bastantes esforços empregou na sua obra para amenisar o incorrectissimo procedimento de Vasco da Gama, mas sem exito, porque o acto praticado por Gama é a tal ponto revoltante que não admitte anodinos.

*
* *

Como vimos o rei ficou coacto. Não esperava, por certo, que o homem a quem elle tinha elevado quasi do nada, investido de honras e accumulado de rendosas mercês, fosse capaz de contrarial-o tão descortezmente, puchando com certa arrogancia de dentro da sua manga por uma carta, que talvez o rei, illaqueado na sua boa fé, lhe tivesse assignado.

Quiz ainda vêr o monarcha se demovia a pertinacia do Gama, rogando-lhe que se deixasse ficar para o anno seguinte, acenando-lhe até com novas

[1] Que insidia! Acaso não teve Gama eguaes ou semelhantes revezes aos de Cabral?

mercês, e fazendo-lhe vêr finalmente o pejo que o acabrunhava e o aggravo em que incorria para com Pedro Alvares. Vasco da Gama, porém, a nada attendeu; e D. Manuel teve de vergar-se á audaciosa intimativa pela qual o 1.º almirante ficou desde então sendo tachado pelos coevos[1] e posteros escriptores de *pouco grato*.

Pedro Alvares Cabral, fidalgo de muitos brios e primores de honra, como nol-o descrevem antigos[2] e modernos escriptores, embora apparentasse na presença do rei a mais delicada isenção, não podia de fórma alguma resignar-se passivamente ao vilipendio d'essa traiçoeira cilada! Tratou, como era do seu dever, de se desafrontar; e de tal modo o fez, que desagradou ao rei, já atordoado pelos éstos da sua côrte, desagrado que desde logo manifestou, mandando retirar Cabral com sua mulher e uma filha para Santarem.

Terminamos este breve capitulo abstendo-nos de accrescentar outras muitas considerações, que semelhante caso nos suscita. Apenas faremos uma referencia dictada ao sentir de Cabral, pelo grande epico:

«*Hei de soffrer, que o Fado favoreça*
«*Outrem, por quem meu nome se escureça?*»
CAM., c. I, est. LXXIV

[1] Leandro de Ca-Masser, emissario veneziano, já referido no cap. IV, estava então em Lisboa e teve conhecimento da citada occorrencia, visto ser o primeiro, que nos conste, que stigmatisou o Gama de *pouco grato*. Vid. o cap. apontado.

[2] É insuspeito o grande Affonso d'Albnquerque. Vid. doc. XVII.

CAPITULO VI

Intrigas da côrte.—Luctas dos partidos originadas pelas desintelligencias entre Pedro Alvares Cabral e D. Vasco da Gama.—Ostracismo a que D. Manuel votou Vasco da Gama; sua rehabilitação em tempo de D. João III. —Olvido d'este rei pela sua memoria.

Na côrte do novo rei D. Manuel é que se encontra o exemplo mais vivo e temeroso do ascendente, que podem tomar sobre o animo de um monarcha os homens que o rodeiam. Sem duvida que, tanto na nossa historia como na estrangeira, se apontam amiudados casos de tão desgraçada inversão de papeis, deixando-se o chefe do estado arrastar até aos maiores desacertos e injustiças por aquelles que lhe deviam obedecer, ou, quando muito, ajudal-o com as suas indicações sinceras e conscienciosas, a resolver os negocios da sua suprema e melindrosa jurisdicção.

Ha, por certo, muitos reis cujo governo se resente largamente da venenosa influencia dos cortezãos, chegando o fructo de sua fraqueza e passividade a empanar mesmo alguns feitos brilhantes, que bastariam em outras circumstancias, senão para lhes fazer esquecer e desculpar erros, ao menos para equilibrar aos olhos da posteridade a balança judicatoria do que elles fizeram de bom e do que elles fizeram de máo.

Nenhum d'elles, porém, como D. Manuel se abysmou no vórtice terrivel e insaciavel da intriga palaciana, compromettendo com a sua dignidade pessoal e hierarchica os interesses mais vitaes do paiz e o bem estar dos homens que haviam heroica e abnegadamente concorrido para o augmento consideravel d'esses interesses.

O seu reinado, se por um lado é uma serie de acontecimentos felizes independentes da acção real, por outro tem a empanar-lhe o brilho indesculpaveis injustiças perpetradas pela influição damninha do parasitismo palaciano contra os valentes que bem serviram a patria.

Justo e consolador é exceptuar da roda nefasta, que perseguia o rei, alguns benemeritos que honraram em toda a linha a velha tempera portugueza, mas cuja acção era impotente para contrariar os desmandos d'uma maioria consideravel.

O conflicto entre Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama trouxe á côrte de D. Manuel pasto mais que sufficiente para uma nova conflagração. Ateou-se ella a breve trecho entre dois grupos bastante deseguaes. N'um d'elles abundavam qualidades de sangue e de espirito sufficientes para n'outro meio mais são, decidirem a causa a favor d'aquelle por que se interessava; o outro, superior em numero, dispunha de todos os meios que proporciona o enredo e a intriga, para alimentar a animosidade real contra o seu adversario, até que as circumstancias permittissem vibrar-lhe um golpe ultimo e decisivo. O primeiro era o partido de Cabral; o segundo, o do Gama. N'este sobresaia a familia dos Athaides, á qual Vasco da Gama estava ligado por sua mulher; n'aquelle contavam-se os vultos importantes, que tivemos occasião de pôr em relevo, quando apreciámos a genealogia dos Cabraes, nos capitulos I e II.

Deitaria longe o apanhado, embora ligeiro, de tudo que se passou entre ambas as facções. Houve incidentes que denotaram uma habil estrategia de parte a parte, sem excluir todavia o facto de alguns profundamente lamentaveis pelos excessos deprimentes de que é susceptivel o espirito do homem, quando obcecado pela ambição e pelo odio.

Só quem penetrar no amago das peripecias que entretecem esta curiosissima pagina da nossa historia, é que pode achar o sabor verdadeiro ao dizer vago e mal mastigado dos differentes chronistas, que quizeram approximar-se da questão sem a coragem de se pronunciarem, e lêr nas entrelinhas dos documentos especiaes, por onde passaram os olhos de criticos, aliás de auctoridade, sem lhes valorisarem a sua mais essencial e verdadeira revelação historica.

Como nas grandes campanhas, a primeira victoria do Gama sobre Pedro Alvares não era a garantia nem a promessa d'uma série ininterrupta de triumphos. A posse violenta que elle tomára do commando da expedição de 1502, com affronta e humilhação do homem que n'elle primeiro fôra investido por premio dos seus serviços e pela confiança que inspirava os seus meritos para o bom exito d'uma empreza d'aquella ordem, devia também ter a sua hora de expiação.

O proprio rei, que, por fraqueza moral, não considerou revogado o seu celebre alvará ou carta,[1] ou por uma injustificáda manutenção dos seus actos, quiz honrar a real rubrica, tão impensadamente concedida áquelle papel, como

[1] Vid. doc. IX.

tão atrevidamente invocada á ultima hora, e acompanhou por certo a expedição com o olhar, mixto de resentimento e de humilhação de quem se vê obrigado a reservar em ajuste de contas para conjunctura mais asada.

No regresso da sua segunda viagem á India, Vasco da Gama encontrou a atmosphera da côrte ameaçadoramente toldada. A algumas deserções do seu partido que se fôra deixando ganhar um pouco durante a sua ausencia pela corrente sympathica que se formou em volta da personalidade tão insolitamente affrontada, como resignada e nobre, de Pedro Alvares Cabral, o almirante da India, viu com desapontamento acrescer a frieza glacial de D. Manuel.

Decididamente, sentia-se caido em desagrado; a sua carreira, iniciada sob tão invejaveis auspicios, ia-lhe ser cortada por uma d'estas reviravoltas inexplicaveis, com que a fortuna faz baquear muitas vezes aquelle que guindou por minutos ao fastigio mais ambicionado das grandezas humanas.

Quando era de suppôr que o poder real o accumulasse de honras e de interesses, devidos não só ao facto d'elle haver sido o chefe da expedição que nos abriu o caminho do oriente, mas ainda ás promessas infinitas que lhe fizera o monarcha, eis que este o vota ao ostracismo n'uma decisão brusca e irrevogavel.

Não nos compete, nem é do nosso plano, a apreciação dos motivos que determinaram este acto de D. Manuel.

Em outros escriptos de mais folego e de mais directo fim encontram-se largas e por vezes judiciosas reflexões a tal respeito. Não divagaremos por tão ampla esphera; tanto mais, que o vulto glorioso de Vasco da Gama só nos serve de objectivo nas suas relações historicas com o nosso biographado.

N'esse desandar de fortuna, tudo se ajustou para que a interrupção na vida publica do Gama fosse amargurada. Não lhe bastava a dispensa absoluta de serviços que lhe deu D. Manuel; a má vontade e a vindicta não o deixou tambem socegado no retiro, a que elle foi pedir esquecimento para as suas crueis decepções. Até o almirante do reino Lopo Vaz d'Azevedo o demandou por elle lhe haver invadido as suas attribuições e privilegios; e nem o antigo companheiro de infancia do duque de Beja conseguiu sequer levar á realisação o edificio de morada, que projectou fazer em Sines, sua terra natal, onde desejava abrigar-se dos ventos hostis da côrte.

Encontrava-se essa obra em mais de meio, e nada deixava antever o mallogro d'um emprehendimento em que o almirante punha todo o seu amor e cuidado, quando apparece a embargar-lh'o, D. Jorge de Lencastre, mestre das ordens de Aviz e de S. Thiago. De balde D. Vasco da Gama appellou para todas as influencias que lhe podiam valer contra esse acto vexatorio, a cuja origem não era extranho o seu conflicto com Pedro Alvares (Vid. cap. I e II); não

teve remedio senão abandonar a construcção, e até o seu domicilio na villa, com a condição extrema de nem elle nem sua mulher poderem alli voltar. (Vid. doc. XI e XIX).

Retirado finalmente nas suas terras da Vidigueira, das quaes por ultimo obteve o titulo de conde, com certa reluctancia (doc. XIX) alli viveu o resto do reinado de D. Manuel, que, apezar de boas diligencias, nunca mais se reconciliou com elle, a ponto de ter de recorrer nas coisas mais pequenas em que se empenhava ao secretario Antonio Carneiro (Vid. doc. XII).

Entretanto o 1.º conde da Vidigueira esperava que o sol da sua antiga ventura lhe resurgisse ainda um dia no horisonte. E não confiou só da sorte esse sonho que afagára constantemente. Tambem da sua parte procurou dispôr as circumstancias, e desbravar o caminho que o levasse a uma rehabilitação plenissima.

O casamento de seu filho primogenito D. Francisco, com a filha do primeiro matrimonio de D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso[1] e outros projectos de casamentos, mais tarde consumados, na casa do 1.º conde de Castanheira, amigo intimo do principe D. João, e depois, quando rei, seu conselheiro privado, não foram passos dados sem intenção, como o tempo o provou por magnificos resultados.

De feito, morto D. Manuel, e enthronisado D. João III, seu filho, volta Vasco da Gama á sua primeira evidencia. Abrem-se-lhe de par em par as portas da India, com a suprema auctoridade local de vice-rei.

Pouco, porém, durou o vice-reinado do conde da Vidigueira, que vinha compensal-o dos muitos annos de disponibilidade vexatoria como um castigo; talvez para evitar as consequencias inevitaveis do governo ultra rigoroso que elle começára a fazer, e de cujos processos podemos ajuizar pelo que sobre elle escreve Gaspar Corrêa, e pelo muito que consta de outros textos não menos auctorisados.[2]

Com o fallecimento de Vasco da Gama, houve bastante perda do prestigio que no seu nome ainda podia sobreviver tanto para acatamento da sua memoria, como valimento da sua familia. Entre outros ha dois factos que assim nol-o asseguram. Dava-se um serão no paço de D. João III, onde se encontraram Fernão Alvares Cabral, filho do descobridor do Brazil[3] e D. João de Menezes. Veiu á conversação entre ambos o inexgotavel assumpto, para

[1] O primeiro conde de Vimioso era neto do 1.º marquez de Valença e bisneto do 1.º duque de Bragança e um dos homens mais influentes do seu tempo.

[2] Vid. *Boletim da Sociedade de Geographia*, 6.ª série, n.os 9, 10 e 11. Lisboa 1886. Trabalho do nosso illustrado amigo Dr. Aragão.

[3] Vid. Cap. VII, n.º 6.

essa epocha, do nosso movimento maritimo e da nossa colonisação do oriente. D. João de Menezes teceu um elogio rasgado a D. Vasco da Gama, com o proposito manifesto de desfeitear Fernão Alvares, apoucando a memoria do descobridor do Brazil. Tanto que D. João III o soube, degradou immediatamente o detractor de Pedro Alvares para Arzilla por toda a vida.

O outro facto está claramente consignado no doc. XXI, pelo qual «D. João III revoga o abuso da importação da canella, considerando que tal concessão era de lesão enorme para o estado e de mais a mais que não tinha a razão de ser em vista de já terem sido bem pagos os descobrimentos de D. Vasco da Gama, em honras e mercês, como em rendas com o que trouxe sempre da India e do mais que n'este reino se lhe havia dado.»

CAPITULO VII

Quando e onde nasceu Pedro Alvares Cabral.—Resumo da sua vida.—Quando morreu e onde jaz.—Com quem casou.—Sua successão e por quem na actualidade é representado.

V Pedro Alvares Cabral, como já dissemos no capitulo I, nasceu em Belmonte pelos annos approximadamente de 1467 a 1468 e era filho legitimo do senhor d'aquella villa. Herdou uma parte da casa de seus paes, e por sua mulher houve em dote importantes propriedades. (Vid. doc. XVII.)

Entrou em verdes annos, segundo os usos do tempo, para os paços do rei D. João II, onde no fôro de moço fidalgo se filhou, como lhe competia pelo seu nascimento, e de harmonia com as praxes então estabelecidas. Estudou alli as peculiares humanidades d'aquella epocha e mais em voga no espirito dos sonhadores de novos mundos.

Pedro Alvares, distinguiu-se entre os seus condiscipulos pela sua muita applicação, pelo seu talento e mais que tudo, pelas mostras que já dava de rectidão de caracter probo e sisudo.

Depois da morte de D. João II, continuou o seu succesaor a prodigalisar-lhe ainda outros favores, agraciando-o com o fôro de fidalgo do seu conselho,[1] com o habito de Christo e a tença annual de 40$000 réis.

D. Manuel reconhecendo mais o seu valor e resolução,[2] nomeou-o para o importante cargo de capitão mór da armada que em 1500 partiu para a India.

A descripção d'esta jornada, como n'ella se houve descobrindo acci-

[1] *Hist. Gen, da Casa Real*, tom. II das *Provas*, a pag. 326.
[2] *Chron. da Companhia de Jesus*, Livro I, pag. XXXI.

dentalmente as plagas do Brazil, o seu regresso ao reino, as invejas de que foi alvo, a traição de que foi victima, a sua desafronta, as represalias e o desagrado em que cahiu para com o rei; já nos capitulos v, vi e vii, nos occuparam.

Entretanto os serviços de Cabral não foram totalmente esquecidos, embora mal remunerados; porque D. Manuel agraciou-o com a pensão de 243$000 réis pagos por differentes receitas do estado, fez-lhe a mercê para tres filhas suas entrarem gratuitamente n'um convento com 70$000 réis a cada uma, como consta dos documentos vii, viii, x, xviii e xxii, e estabeleceu a tença de 20$000 réis, para seu filho mais velho.

D. Manuel não desconhecia a inculpabilidade de Cabral, mas foi por tal modo severa a desafronta[1] que este tomou do Gama, que elle se vira obrigado a collocar-se n'uma posição neutral, usando para com ambos do mesmo rigor. O minimo acto de preferencia, sobre coisas da India, em favor de qualquer dos dois, sublevaria toda ou parte da côrte; e D. Manuel não se prendeu jámais em pôr á margem quantos homens notaveis fossem necessarios para que não se perturbasse a tranquillidade d'ella, o seu doce viver de nababo, as suas gratas aspirações a cingir mais uma corôa, e á de mais tarde possuir a bella Leonor d'Austria, que mais parecia sonhar com o thalamo de seu filho...

Depois os cortezãos já lhe tinham tomado o pulso, sabiam que D. Manuel não era homem para entrar n'uma lucta, em que o seu antecessor escapára quasi por milagre de ser esmagado, e que elle ao trepar adventiciamente o primeiro degrau do throno, bem demonstrou quanto os temia...

E isto prova-se pelo proposito em que sempre se manteve de não attender aos rogos dos seus mais dedicados e prestimosos amigos em favor dos condemnados ao ostracismo ou supplantados pelos emulos da camarilha.

Leia-se a carta do grande Affonso d'Albuquerque escripta de Calecut a 2 de dezembro de 1514, em que o Cezar portuguez, o notavel general e politico, depunha aos pés do throno todos os seus gloriosos serviços em favor da causa de um homem de bem e seu sobrinho por affinidade—Pedro Alvares Cabral (doc. xvii); carta a que o rei não se di-

[1] Não podemos saber ao certo em que termos se deu o tal conflicto entre Cabral e Gama, apenas colhemos uma breve noticia em que se diz que Gama recebeu um ferimento na virilha com o qual foi para a India, e lá fez constar que fôra d'uma queda que déra a bordo. Noticia que não podemos dar como veridica visto que Rousado não nol-a cita.

gnou responder, tão obcecado estava pela avidez mercantil de vastos interesses na maior parte dissipados com os seus favoritos (doc. XVI).

*
* *

Pedro Alvares Cabral, depois dos acontecimentos que ficam levemente esboçados, passou a viver na Villa de Santarem, afastado da côrte desde 1502, curando apenas da administração de sua casa,[1] até á sua morte em 1528. Esta preciosa data até hoje ignorada, foi mais uma revelação do padre Rousado, confirmada pela escriptura de 9 de agosto de 1529, que adeante mencionaremos. Foi sepultado na egreja da Graça que pertencia então ao convento dos frades gracianos.[2]

Pedro Alvares Cabral havia casado ainda mancebo com D. Izabel de Castro, terceira neta dos reis D. Fernando I de Portugal e D. Henrique de Castella; por ser filha de D. Fernando de Noronha e de sua mulher D. Constança de Castro, irmã esta, do grande Affonso de Albuquerque e estes ambos, filhos do 3.º senhor de Villa Verde, Gonçalo de Albuquerque, e de sua mulher D. Leonor de Menezes, filha do 1.º Conde de Athouguia.

D. Izabel de Castro era dama da rainha D. Maria, 2.ª mulher de el-rei D. Manuel, quando foi obrigada a sahir da côrte com seu marido, pelo conflicto a que já nos temos referido.

Logo em seguida á morte de seu marido, contratou D. Izabel com o prior e mais religiosos do convento dos Eremitas de Santo Agostinho de Santarem, que tambem se denominavam *gracianos*, a capella de S. João Evangelista, a qual mandou ornar de vestimentas e de tudo mais que era necessario, dotando-a tambem com um fôro de moio e meio de trigo, um carneiro, dois capões, uma gallinha e uma duzia de ovos, para sempre, tudo imposto nas propriedades que tinha na Ribeira de S. João, concelho de Rio Maior, com a obrigação de ter jazigo perpetuo na dita capella, para onde mandou trasladar os ossos de seu marido e os de seu filho Antonio, sob a condição d'elles frades dizerem annualmente, na mesma capella quinze missa; e para a todo o tempo constar, se lavrou uma escriptura a 9 de agosto de 1529, que foi registada no livro dos traslados do mencionado convento a fl. 182.

D. Izabel de Castro, (attendendo ás suas qualidades e a ser viuva

[1] Vid. doc. XXXI.

[2] *Monumentos e Lendas de Santarem*, por Zephyrino Brandão.

d'um benemerito da patria) foi escolhida por D. João III em 1534, para servir de camareira mór a sua filha a infanta D. Maria,[1] (doc. XXXI) e recebeu em 1534 a quantia de 60$000 réis que se tinha ficado a dever a seu marido.

D. Izabel, falleceu em 1538 e foi a ultima sepultada no jazigo por ella instituido (doc. XXXII).

Do referido matrimonio, tiveram:

6 **Antonio Cabral**, moço fidalgo com 2$000 réis de moradia e uma tença de 20$000 réis, em 14 de maio de 1521. Morreu moço e foi sepultado na egreja da Graça em Santarem e depois trasladados os seus ossos para o jazigo instituido por sua mãe, na capella de S. João Evangelista, como ha pouco se disse, s. g.

6 **Fernão Alvares Cabral**, com quem se continua.

6 **D. Constança de Castro e Noronha**, mulher de Nuno Furtado de Mendonça, commendador de Cardiga, na ordem de Christo,[2] s. g.

6 **D. Guiomar de Castro**, morreu prioresa no convento da Rosa em Lisboa.

6 **D. Izabel**,
6 **D. Leonor**, } freiras.

D'estas tres irmãs resa o doc. XXII.

VI **Fernão Alvares Cabral**, segundo filho do descobridor do Brazil, moço fidalgo, fidalgo escudeiro e cavalleiro em 1528 com 2$537 réis de moradia, teve 100$000 de tença por tres provisões e a commenda de S. Salvador do Banho na ordem de Christo.[3] Foi em 1546 a Ceuta incumbido de varios negocios (doc. XXIII, XXVI e XXVII).

D. João III era muitissimo seu amigo, a ponto de por occasião de

[1] A infanta D. Maria, nasceu a 15 de outubro de 1527 e casou a 12 de maio de 1543 com o principe D. Filippe de Castella, depois rei.

[2] *Hist. Gen. da Casa Real*, tom. XII, part. II, pag. 1122.

[3] Consta pela chancellaria de D. João III, que teve mais graças e mercês, como se nota no Liv. 9, fl. 13 v., Liv. 31, fl. 133 v., Liv. 41, fl. 109 e Liv. 36, fl. 139.

se encontrar Fernão Alvares, n'um serão do paço com D. João de Menezes, e este fazer grandes elogios ao 1.º almirante D. Vasco da Gama em detrimento do descobridor do Brazil, o rei logo que d'isso teve conhecimento, condemnou o dito D. João de Menezes a degredo para Arzilla por toda a vida, e lá morreu.

Fernão Alvares, partiu para a India a 23 de março de 1553 por capitão da nau S. Bento, que se perdeu a 23 de abril de 1554 na volta ao reino, na terra do Natal, junto ao Cabo da Boa Esperança,[1] e n'este naufragio pereceram cerca de 200 pessoas, sem que nenhuma das que vinham na nau se podesse salvar.

Fernão Alvares, havia casado com D. Margarida de Castro cuja data se ignora, mas sabe-se que em 2 de setembro de 1533 havia seu marido liquidado o dote que ella lhe trouxe.

D. Margarida de Castro em seguida á morte de seu marido contractou com os frades gracianos do convento de Santo Agostinho de Santarem, uma missa quotidiana na capella instituida por sua sogra; por escriptura de 21 de julho de 1560.

D. Margarida, era filha de D. Gonçalo Coutinho, commendador d'Arruda na ordem de Christo e alcaide mór da mesma villa, e de sua mulher D. Brites de Castro, filha de Ayres da Silva 5.º senhor de Vagos.[2]

Do consorcio de Fernão Alvares Cabral, com D. Marrgarida nasceram:

7 **Pedro Alvares Cabral**, pagem da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Serviu em Mazagão com armas e cavallos á sua custa, onde foi armado cavalleiro, por seu primo D. Fernando de Noronha, teve o fôro de moço fidalgo da casa do Cardeal Infante, houve 100$000 réis de tença cada anno pelos serviços de seu pae. Em 1554 foi nomeado governador de Mazagão, achou-se com D. Sebastião em 1578 na batalha de Alcacer Quibir, onde morreu solteiro e s. g., (vid. doc. XXIV XXV e XXVIII).

7 **João Gomes Cabral**, com quem se continua.

7 **Ruy Dias Cabral**, serviu na India com distincção e lá foi capitão mór da armada, e segundo escreve Couto, lá o mataram os Malabares. Era

[1] Carta de D. Diogo de Sousa, datada de Moçambique de 22 de novembro de 1555. Torre do Tombo, Corp. Chron., Part. 1.ª, Maç. 100, doc. n.º 1.

[2] *Hist. Gen. da Casa Real*, tom. XII, part. I, pag. 376 e seguintes.

valoroso e entendido, no que dizia muito prompto, e particularmente amigo de D. Sebastião.[1] Casou na India com D. Izabel de Vasconcellos, de quem não teve successão. D. Izabel era filha de Manuel de Vasconcellos, capitão de Sofala, e depois de viuva casou 2.ª vez com Manuel de Miranda, capitão de Dio.

7 **D. Maria de Noronha**, dama da princeza das Asturias casada em 1543 com o principe D. Filippe, depois rei de Castella.

VII **João Gomes Cabral**, herdeiro por morte de seu irmão, da casa de seu pae. Serviu no posto de capitão da guarda dos reis D. João III e D. Sebastião e com este morreu na batalha de Alcacer Quibir, tendo sido casado com D. Brites de Barros, neta do chronista João de Barros. D. Brites casou 2.ª vez com Bernardim da Silva d'Alte.

João Gomes houve de sua mulher:

8 **Fernão Alvares Cabral**, com quem se continua.

8 **D. Margarida da Silva**,
8 **D. Antonia da Silva**, } freiras em Santa Clara de Santarem.

8 **Pedro Alvares Cabral**, morreu menino.

8 **João Gomes Cabral**, morreu na India, s. g.

VIII **Fernão Alvares Cabral**, herdou a casa de seus paes e foi viver para a Enxara dos Cavalleiros, onde herdára importantes fazendas por parte materna.

Casou com D. Joanna Carvalhosa da Maya, filha herdeira de Ruy Gomes de Carvalhosa, thesoureiro mór do reino, senhor do morgado de Palhavã, e de sua mulher D. Maria da Maya de Lemos, filha do doutor Diogo Barradas, desembargador do Paço e secretario da embaixada a França em que foi o conde de Linhares por embaixador no tempo de D. João III.

D. Joanna de Carvalhosa, era neta paterna de Jorge Gomes de Carvalhosa,[2] bisneta de Ruy Gomes de Carvalhosa Palhavã, terceira neta de

[1] *Dicc. Popular*, tom. IV, pag. 18.

[2] Jorge Gomes de Carvalhosa Palhavã, teve brazão d'armas em 31 de julho de 1540, como consta do Liv. L da Chanc. de D. João III a fl. 201 v.

Ruy Gomes Carvalhosa Palhavã e quarta neta de Gomes Lourenço Palhavã, herdeira do morgado e capella de Palhavã em Lisboa, que tinha por cabeça do mesmo morgado a casa e quinta onde se acha hoje edificado o palacio comprado pelo sr. conde de Azambuja. O morgado de Palhavã foi instituido por Joannanes Palhavã e sua mulher Sancha Pires, na era de 1384, anno de 1346, os quaes declararam em seu testamento o seguinte: «que havendo respeito ao muito prol que receberam per razão de D. Martinho Pires Palhavã e de dona Maria Soares, sua mulher e de dona Thereza Nunes, sua filha, já passados, lhes mandaram pôr tumulos levantados na capella de S. Domingos de Lisboa, junto á sachristia.»

Pelo que fica dito, não foi o sitio de Palhavã, na estrada que vae para Bemfica que deu o appellido a esta familia, como erradamente se tem asseverado, mas sim foram elles que o deram áquelle logar.

Fernão Alvares Cabral, houve do referido matrimonio as filhas seguintes:

9 **D. Maria Cabral de Noronha**, com quem se continua.

9 **D. Brites da Silva**, fallecida sem tomar estado.

IX **D. Maria Cabral de Noronha,** herdeira da casa de seus paes e avós. Casou em 13 de novembro de 1622, com D. João Luiz de Vasconcellos e Menezes, senhor de Mafra, da Enxara dos Cavalleiros e dos concelhos de Aregos e Soalhães,[1] alcaide mór de Castello Bom, governador e capitão general de Mazagão, onde falleceu da queda de um cavallo a 15 de maio de 1648, e seus ossos d'alli vieram entre os annos de 1671 a 1681, quando governava aquella praça Christovão d'Almada, e foram depositados na capella do Varatojo por elle instituida.

Nasceu d'este matrimonio a filha seguinte:

X **D. Joanna Cabral de Vasconcellos e Menezes,** herdeira da casa de Mafra, senhorios da Enxara, Soalhães e Aregos, com os correspondentes padroados, assim como do senhorio da Ilha do Fogo e da alcaidaria de Castello Bom.

Casou duas vezes, a primeira com o conde de Armamar, de quem teve successão e a segunda com D. Diogo de Lima Brito e Nogueira que nasceu em 1615 e foi 9.º visconde de Villa Nova da Cerveira, do conselho d'estado e guerra, governador das armas da provincia do Minho, pre-

[1] *Hist. Gen. da Casa Real*, tom. XII, Part. I, a pag. 115 e seguintes.

sidente da Junta do Commercio, estribeiro mór do rei D. Affonso VI, senhor e alcaide mór da villa da Cerveira, da dos Arcos de Val de Vez e outras terras, e commendador da ordem de Christo, etc.

Morreu em Lisboa a 24 de abril de 1685 e a Viscondessa, sua mulher já tinha fallecido em Ponte de Lima no anno de 1653.

Tiveram:

11 **D. Manuel de Lima e Vasconcellos**, que falleceu, s. g., afogado no Tejo em S. José de Riba Mar, no dia 13 de março de 1662, indo acompanhar áquelles sitios o rei D. Affonso VI.

11 **D. Lourenço de Lima**, morreu a 20 de dezembro de 1666, s. g.

11 **D. João Fernandes de Lima Vasconcellos de Brito Nogueira**, com quem se continua.

11 **D. Maria de Nazareth de Noronha**, que foi casada duas vezes, a primeira com o 2.º conde de Mesquitella, D. Neutel de Castro, sem successão, e a segunda vez com D. João de Sousa, c. g.

11 **D. Luiza de Tavora**, mulher de Pedro Severim de Noronha, secretario das mercês de D. Affonso VI, s. g.

11 **D. Ignez de Lima**, freira em Odivellas.

XI **D. João Fernandes de Lima Vasconcellos de Brito Nogueira**, nasceu a 12 de outubro de 1655, em Ponte de Lima e foi 11.º visconde de Villa Nova de Cerveira. Morreu a 24 de fevereiro de 1694, tendo sido casado com D. Victoria de Borbon, já viuva de D. Manuel Luiz de Athaide, conde Athouguia. D. Victoria morreu em 30 de abril de 1721 e teve de seu 2.º marido cinco filhos a saber:

12 **D. Diogo de Lima**, nascido em fevereiro de 1672 e fallecido a 27 de junho de 1686, sem filhos.

12 **D. Thomaz de Lima**, com quem se continua.

12 **D. Lourenço de Lima**, nasceu a 25 de novembro de 1675 e morreu a 25 do dito mez de 1689.

12 **D. Magdalena Rosalia de Lima**, nasceu a 31 de dezembro de 1672 e casou em 1695 com Martim Antonio de Mello, conde de S. Lourenço. Ella morreu em 4 de agosto de 1739, deixando um filho que foi o 5.º conde de S. Lourenço, etc., etc., etc.

12 **D. Joanna Antonia de Lima**, nasceu em Alemquer a 10 de abril de 1676 e casou com o 3.º conde de Avintes, c. g.

XII **D. Thomaz de Lima Vasconcellos Brito Nogueira**, nasceu em Alemquer a 26 de abril de 1674 e foi 12.º visconde de Villa Nova da Cerveira, etc., etc., etc.

Casou com D. Maria Hohenloe, dama da rainha D. Maria Sophia e filha de Luiz Gustavo, conde de Hohenloe, etc., etc., etc., e principe do S. R. I.

Teve dois filhos, a saber:

13 **D. João de Lima**, que nasceu em setembro de 1694 e morreu em 26 de julho de 1696.

13 **D. Maria**, com quem se continua.

XIII **D. Maria Xavier de Lima e Hohenloe**, herdeira de toda a casa de seus paes e avós. Nasceu em Lisboa no 1.º de dezembro de 1697 e foi 13.ª viscondessa de Villa Nova da Cerveira, fallecida a 5 de julho de 1730, tendo sido casada a 28 de outubro de 1720 com Thomaz Telles da Silva, filho dos 2.os marquezes de Alegrete do qual houve 9 filhos a saber:

14 **D. Thomaz Xavier de Lima**, que se segue.

14 **D. Fernando Antonio de Lima**, nasceu a 2 de junho de 1730.

14 **D. Maria Xavier de Lima e Hohenloe**, nasceu a 13 de agosto de 1721 e falleceu a 3 de outubro de 1734.

14 **D. Helena Xavier de Lima**, nasceu a 6 de junho de 1722.

14 **D. Victoria Xavier de Lima**, nasceu a 27 de junho de 1723.

14 **D. Luiza Ignez de Lima**, nasceu a 21 de junho de 1724. Freira.

14 **D. Anna Borbon de Lima**, nasceu a 26 de julho de 1725. Freira.

14 D. **Magdalena Josepha de Lima**, nasceu a 24 de agosto de 1726. Freira.

14 D. **Joanna de Lima**, nasceu a 26 de abril de 1729.

XIV D. **Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva**, nasceu em Ponte de Lima a 12 de outubro de 1727 e foi 14.º visconde de Villa Nova da Cerveira por carta de 3 de setembro de 1750 e 1.º marquez de Ponte de Lima em 17 de dezembro de 1790, morreu a 23 de dezembro de 1800, tendo casado a 4 de julho de 1749 com D. Eugenia Maria Josepha de Bragança, nascida a 31 de outubro de 1725 e filha segunda dos 4.os marquezes de Alegrete. Ella falleceu a 29 de dezembro de 1800, havendo tido de seu marido, além de outros filhos que não houveram successão, os seguintes:

15 D. **Thomaz Xavier de Lima**, que segue.

15 D. **Maria Anna Xavier**, nasceu a 7 de maio de 1753, vindo a ser pelo seu casamento marqueza de Niza, etc.

15 D. **Maria Joanna**, pelo seu casamento, marqueza de Abrantes, etc.

15 D. **Helena Maria**, pelo seu casamento, condessa de Obidos, etc.

15 D. **Maria Margarida**, mulher de Antonio de Mello, filho da condessa de Ficalho, etc.

15 D. **Domingos José**, pelo seu casamento, marquez de Niza, etc.

15 D. **Lourenço José**, conde de Mafra, etc.

XV D. **Thomaz Xavier de Lima**, etc., etc., etc., nasceu a 13 de maio de 1754 e foi 15.º visconde de Villa Nova da Cerveira.

Morreu em vida de seu pae aos 2 de junho de 1781, tendo sido casado em 4 de outubro de 1777 com D. Maria José de Assis Mascarenhas, nascida em 2 de setembro de 1751 e fallecida a 15 de março de 1825, filha 8.ª pela ordem do nascimento dos 3.os condes de Obidos.

Teve:

16 D. **Thomaz José Xavier**, com quem se continua.

16 D. Helena Maria José, nascida a 20 de agosto de 1778, foi dama da rainha, etc.

XVI D. Thomaz José Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, nasceu em 12 de outubro de 1779.

Succedeu a seu avô no titulo de marquez de Ponte de Lima em dezembro de 1800, e a seu pae, no de visconde em junho de 1781. Morreu em 5 de fevereiro de 1822, havendo casado a 4 de setembro de 1804 com sua prima D. Helena José de Assis Mascarenhas, nascida a 21 de fevereiro de 1784, filha dos 4.os condes de Obidos.

Teve:

17 D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 3.º marquez de Ponte de Lima e 17.º visconde de Villa Nova da Cerveira, que morreu sem deixar successão.

17 D. Maria Xavier de Lima, que nasceu em 12 de setembro de 1808 e morreu sem successão.

17 D. João Xavier, nascido a 27 de fevereiro de 1813, morreu s. g.

17 Anna Xavier de Lima, nasceu em 23 de outubro de 1814 e morreu solteira.

17 D. Helena Luiza Xavier de Lima, com quem abaixo se continua.

XVII D. Helena Luiza Xavier de Lima, nasceu a 3 de dezembro de 1816 e casou a 2 de julho de 1835, com o 4.º marquez de Castello Melhor, de quem teve:

18 D. Helena do Santissimo Sacramento, nasceu a 13 de abril de 1836, viuva de D. Manuel Maria Ximenes de Azevedo, e por morte de seu irmão, 5.ª marqueza de Castello Melhor, c. g.

18 Affonso de Vasconcelles, nasceu a 9 de outubro de 1837 e morreu a 30 de novembro de 1850, s. g.

18 João de Vasconcellos e Sousa Camara Caminha Faro e Veiga, nasceu a 10 de

novembro de 1841, 4.º marquez de Castello Melhor, fallecido a 11 de janeiro de 1878, c. g. ill.

18 **D. Maria José**, nasceu a 25 de março de 1847.[1]

Que patrimonio póde haver que seja
Mais honroso e illustre que a boa fama?
ELP. DUR.

[1] Vid. *Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal*, tom. I, pag. 403 e seguintes.

CAPITULO VIII

O descobrimento da India.—Quantos sacrificios elle custou a Portugal.—A sua decadencia e o que d'ella hoje nos resta.—O descobrimento do Brazil.—A sua nativa opulencia.—Os immediatos interesses que deu a Portugal.—A sua crescente importancia e em conclusão, a bondade dos seus habitantes.

Chegando Vasco da Gama do descobrimento da India, perguntou-lhe D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso: «que mercadorias havia lá para trazerem, e que coisas queriam lá a troco d'ellas? e dizendo Vasco da Gama, que o que trazia de lá era pimenta, canella, gengivre, ambar e almiscar; e que o que queriam de nós era ouro, prata, velludos e escarlates, disse-lhe então D. Francisco: d'essa maneira, elles são os que nos descobriram a nós.» (Doc. IV).

Na verdade o descobrimento da India, abstraindo da parte moral que nos coube n'esse grandioso feito, custou a Portugal rios de dinheiro e a perda de milhares de vidas, quer estas fossem em revezes fortuitos, quer em actos de valor e heroicidade. Accresce mais a estes sacrificios o estacionamento em que cairam as forças productivas entre nós, e o abandono a que foram votadas as nossas possessões africanas.

Foi assim que o rei Afortunado, offuscado pela fama das riquezas do oriente, só curou de dar incremento ao commercio da pimenta e mais especiarias, sem ao menos attender aos sabios conselhos do grande Affonso de Albuquerque.

Evidentemente os interesses provenientes d'aquellas mercancias eram fabulosos, se não houvesse a descontar-se-lhes a parte que se diluia por entre as mãos de varios funccionarios da India e seus agentes, dentro e fóra da côrte, e os inevitaveis prejuisos que acarretavam os naufragios de navios, muitas vezes repletos d'aquellas mercadorias compradas a peso de oiro.

Cada navio armado, artilhado e municiado custava cerca de 34:000$000 de réis (doc. XXX) e houve viagens em que se perderam seis d'estas embar-

cações e raro o anno em que a perda d'ellas orçava pelo menos de duas a tres. Já se vê que, por maiores que fossem os proventos d'aquelle negocio, deveriam ficar reduzidos a proporções modestissimas, quando se tenham de levar em conta os mencionados desfalques.

O caso é que o rei D. Manuel, vendo-se a braços com aquellas e outras contingencias, deliberou monopolisar a pimenta, sob um contracto feito com uns judeus allemães, como se deduz do documento XIII. Depois d'esta transacção, aliás bastante onerosa, activaram-se mais que outr'ora as depredações na India, á vista do que se deprehende dos documentos XIV, XV e XVI, e de muitos outros que existem no Real Archivo, além dos commentarios que, a semelhante respeito, se encontram disseminados por varios escriptos.

Finalmente aponta-nos tambem a historia d'aquelle periodo, e varios documentos o confirmam, que ainda em vida de D. Manuel as finanças do nosso paiz já se achavam bastante abaladas[1] e mais compromettidas vieram depois a ficar, no reinado seguinte, porque D. João III esperava a solução de todas as difficuldades, de que se via cercado, dos recursos vindos da India, e pouco ou nada dos da Africa, á qual virou completamente as costas, o que deu começo a que sobre ella se fitassem as vistas dos ambiciosos.

O inicio do dominio hespanhol em Portugal demarca a nossa total ruina no oriente! Malaca, Ormuz, Cochim, a ilha do Ceylão, as Molucas, foram caindo successivamente nas mãos dos hollandezes, ou voltaram ás dos seus naturaes soberanos.

Já no fim do seculo XVII estava reduzidissimo o nosso dominio, e mais cerceado ficou em 1662 pela cedencia de Bombaim á Inglaterra.

A indole e fins d'este presente estudo veda-nos historiar detidamente as alternativas e evoluções por que passou e vae ainda passando aquelle estado, do qual apenas nos restam as recordações das nossas gloriosas façanhas — em Gôa, Damão e Dio, unicas possessões que ainda hoje conservamos, embora de pouco valor commercial e agricola, mas ferteis em pregões da lusa fama.

[1] Quem não estiver inteirado do estado em que os cofres publicos se achavam exhaustos e as causas que a isso deram logar, consulte um Ms. da epocha, que se guarda na Bibliotheca Eborense sob o reg. $\frac{\text{CXIV}}{1-2}$, e que vem transcripto pelo sr. dr. Theophilo Braga, na *Historia da Litteratura Portugueza* — Sá de Miranda — 1896.

EM CONCLUSÃO

O Brazil, esse immenso territorio da America do Sul, descoberto pelo insigne navegador Pedro Alvares Cabral no dia 24 de abril de 1500 é um dos mais vastos paizes do mundo.

A extensão das suas costas é de 7:920 kilometros, comprehendendo $^1/_{15}$ de superficie do globo, $^1/_5$ da da America toda e $^3/_7$ da America do Sul. A sua area é de 8.337:218 kilometros quadrados.

A esta formosissima terra deu-lhe Cabral o nome de Vera Cruz; nome mudado pouco tempo depois em Brazil, pelas florestas virgens de um pau vermelho, muito rico em carmim e que desde logo foi empregado em todo o mundo, nas artes e industrias fabris de tecidos, produzindo a sua exportação para a Europa sommas enormes sem que o estado tivesse de sacrificar vidas, despender oiro ou prata na sua exploração, como acontecia pela acquisição da pimenta e outras especiarias importadas da India, que chegaram a empobrecer os cofres da nação.

Em seguida depararam com outras florestas d'onde se obteve a gomma elastica, aproveitada desde logo na Europa para ser empregada em variadissimos usos, cada qual o mais util, e hoje tão conhecidos e generalisados, cujo consumo deu e continua a dar sommas espantosas.

Mais tarde a plantação da canna de assucar, do café, do algodão, tabaco, arroz, etc., e finalmente, para coroar tamanho manancial de riquezas, vieram ao seu encontro as prodigiosas minas de oiro e pedras preciosas, em tamanha copia, que só por si deram ao rei D. João V meios para satisfazer largamente todas as suas velleidades, desperdicios e extravagancias, e ao seu

successor uma base, sobre a qual assentou serias e bem combinadas operações financeiras e mercantis em que o habil ministro marquez de Pombal soube auferir resultados de tamanho vulto que ao ser deposto do governo deixou o erario tão repleto de numerario que se lhe puzeram escóras segundo o que a historia d'esse tempo nos conta.

*
* *

Além das incalculaveis vantagens moraes e materiaes que advieram a Portugal pela descoberta do Brazil, enthusiasma-nos essa terra fadada por uma primavera eterna, tapetada de flores, levantada em esmeraldados oiteiros, longamente estendida de verdejantes campinas, povoada de densos bosques, entrecortada de rios e fontes, sempre amena, risonha e varia.

As aguas são as mais limpidas e puras, os arvoredos colossaes e de uma utilidade que ultrapassa a sua gigantesca corpolencia; taes como os jacarandás, os vinhaticos, os cedros, os angelins, os balsamos, o pau ferro, o pau rainha, e uma multidão d'elles, que seria prolixo enumeral-os.

A flora sempre vivaz e de uma infinita variedade de usos e de valiosas propriedades medicinaes. Os fructos deliciosos e perennes, as flores de uma fragancia admiravel, as aves são alli tão suaves na melodia como maravilhosas nas suas côres e esmaltes. A fauna é de uma opulencia que rivalisa com a flora. Conta-se cerca de 20:000 especies já conhecidas e estudadas. A bovina, n'algumas provincias ou estados, abate-se para tão sómente se lhe aproveitar a pelle, da qual se faz uma grande exportação para toda a Europa.

Emfim, para resumir esta fugitiva narração, diremos: é um paiz que tem as entranhas de oiro e os torrões de assucar.

Quanto aos homens nascidos n'este vergel de flores e de opulencias, são na maxima parte bons, instruidos e por demais hospitaleiros.

As Damas, a par d'um sublime conjuncto de graças e de gentilezas, partilham a doçura no trato, exercitam a virtude por habito, cultivam o espirito por norma e, obedecendo ás impressões do meio em que foram embaladas, acabam por cercar d'uma olympica poesia o lar dos seus escolhidos.

O precioso Brazil contido fica:
Paiz de gentes e prodigios cheio,
Da America feliz porção mais rica.
CARAMURÚ, cant. VI, est. XLIX